



LINO MAIA REELEITO PARA 5º MANDATO NA CNIS

IPSS exigem respeito



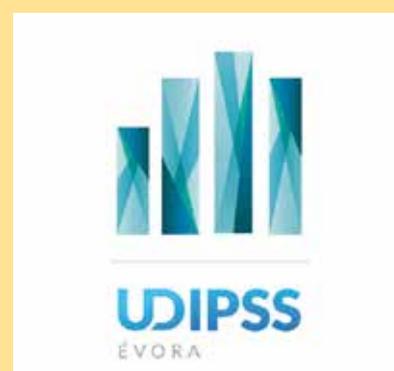
DIA DA CNIS

Reflexão sobre Sector Solidário assinalou 38.º aniversário



ÉVORA

Sete ermitas no silêncio do Mosteiro da Cartuxa



ALENTEJO

IPSS reunidas no III Encontro pedem convergência



MIRA DAIRE

Casa Abrigo sente falta de crianças no pré-escolar

José Leirião
Membro da CNIS



EUROPA MINHA (Parte I)

Na procura de um futuro sustentável e de reconciliação com os cidadãos europeus

As respostas às múltiplas crises com que a União Europeia tem sido confrontada, durante os últimos dez anos, levou a que uma parte significativa dos europeus ficassem desencantados, não só com a própria União Europeia, mas também com as instituições democráticas em geral, tanto a nível europeu como nacional. Nas instâncias europeias existe a preocupação de que os cidadãos possam deixar de acreditar no valor acrescentado da EU para as suas condições de vida e de trabalho e bem assim as suas perspectivas futuras, mas também as dos seus filhos, e perderem o consequente sentido de pertença.

A Europa ao longo deste ano, tem organizado várias conferências e debates com o objectivo de refletir sobre o futuro da EU, sendo unânime que é fundamental gerar políticas mais efectivas e uma nova narrativa positiva. Esta tem de ser baseada em valores comuns, justiça social, políticas mais efectivas e numa visão e estratégia de longo prazo de desenvolvimento sustentável nos domínios sociais, políticos e económicos, que sejam respeitados globalmente e que possam reconciliar os cidadãos com o Projeto Europeu.

O Comité Económico e Social Europeu reuniu um Grupo de Trabalho constituído pelos presidentes dos três grupos que constituem o Comité, para definirem as cinco prioridades cruciais para uma União Europeia forte e inclusiva e foi pedido a todos os membros do Comité que divulgassem essas mensagens junto das organizações da sociedade civil a que pertencem, no sentido de clarificar algumas situações susceptíveis de conduzirem à rejeição pelos

cidadãos da mais valia do ambiente, vivência democrática e oportunidades de futuro oferecidas pela União Europeia.

Este artigo é o primeiro de três que me proponho divulgar.

1ª Uma União de Valores

É necessário reforçar os valores da dignidade humana, liberdade, igualdade, democracia, Estado de Direito e Direitos Fundamentais, nos tempos em que estes valores são muitas vezes colocados em questão, sendo necessário que, através das palavras e ações reafirmar que eles são essenciais e não negociáveis. Estes valores asseguram a paz, a justiça, a não discriminação e a diversidade como garantia de uma sociedade aberta, e que ao mesmo tempo defina o que somos hoje e o que queremos ser amanhã.

2ª Investimento para um sólido e partilhado crescimento

É necessário assegurar uma suave transição para uma sociedade que seja sustentável em termos económicos, sociais e ambientais. Em particular estes objectivos podem ser atingidos pela implementação de uma política industrial inteligente, inovadora e sustentável. Com base num mercado interno indivisível suportado por adequados investimentos e desenvolvimentos de vanguarda. Devemos continuar a suportar as empresas e trabalhadores europeus através do reforço do modelo económico e social, enquanto continuamos a desenvolver novos modelos mais justos e sustentáveis. A EU também deve estar à altura dos desafios colocados pelas alterações climáticas e do esgotamento dos recursos naturais do planeta, das empresas,

emprego e sociedade em geral. Muito já foi feito mas muito mais tem de ser feito num mais curto espaço de tempo.

3ª Reforço do modelo Social Europeu

Precisamos de uma Europa capaz de proteger e de ser solidária com todos os seus cidadãos, incluindo os que se encontram excluídos ou não possuam competências para participar no mercado de trabalho. A implementação efectiva do Pilar dos Direitos Sociais é um primeiro passo nesta direcção e é essencial quando se trata de garantir a inclusão social, o investimento social e a inovação social.

Enquanto antecipamos o impacto da digitalização e alterações climáticas, a Europa precisa de fortalecer os sistemas de protecção social, negociação colectiva e garantia dos direitos dos trabalhadores e bem assim garantir a qualidade do emprego, condições justas de trabalho e salários decentes para todos.

Ao mesmo tempo precisamos de uma abordagem inteligente para desenvolver as competências apropriadas para as necessidades dos postos de trabalho de hoje e para os novos postos de trabalho que estão sendo criados. Neste sentido, é essencial o suporte da EU para estas transições e a aprendizagem ao longo da vida.

É também crucial para a Europa que o espírito empreendedor seja renovado. A transformação dos mercados de trabalho devem gerar novos e decentes empregos, ajudar a reduzir a pobreza, incluindo os trabalhadores pobres e preservar e reforçar o diálogo civil e social e o envolvimento e participação dos trabalhadores.

CONTRATAÇÃO COLETIVA

Sector Social Solidário é exemplo em Portugal

Dados da Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), neste arranque de 2019 apurados, mostram que, no ano passado, foram publicadas 220 convenções coletivas (contra 208 em 2017), o número mais elevado desde 2010.

O número de trabalhadores abrangidos por contratação coletiva voltou a aumentar 10% em 2018 face ao ano anterior, ultrapassando 900 mil, revelam dados do Ministério do

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Neste particular, lembre-se que o Sector Social Solidário, que no seu conjunto representa cerca de 200 mil trabalhadores, é exemplar nesta matéria, representando 22,2%.

Mesmo no período mais difícil para a Contratação Coletiva, falamos dos tempos da Troika, as IPSS não deixaram de acordar com os sindicatos a devidas convenções coletivas.

Tal como reafirmou na tomada de posse

dos órgãos sociais da CNIS para o quadriénio 2019-2022, o presidente da CNIS considera que “os trabalhadores não são um problema nas instituições” e lamenta que, “muitas vezes, não sejam reconhecidos na remuneração”.

O secretário de Estado do Emprego referiu um crescimento significativo. Já a CGTP considerou que, apesar do crescimento, os números ficam aquém do esperado.

José Carlos Batalha
*Presidente da Mesa
 da Assembleia Geral da CNIS*



TOMADA DE POSSE DOS ORGÃOS SOCIAIS DA CNIS 2019

As nossas diferenças potenciam a coesão e a união

Permitam-me que a minha primeira palavra seja para saudar a Prof^a Doutora Manuela Mendonça, presidente cessante da assembleia Geral da CNIS.

Uma palavra de reconhecimento para os que terminam o seu mandato nos Órgãos Sociais desta nossa Confederação, pela sua presença activa, militante e empenhada.

Não podem ser dispensados de continuarem activamente ligados a esta grande família, envolvidos e comprometidos com esta equipa de trabalho.

Uma referência especial também ao mandatário Dr. João Dias, pelo dinamismo sereno, pela militância discreta e activa, pela construção de pontes, de caminhos de coesão e de comunhão.

Permita-me Sr. Ministro que agradeça a presença de V. Ex^oa, bem como da Sr^a Secretária de Estado, entre nós, nesta tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da CNIS, para o mandato 2019-2022.

Interpretámo-la como um reconhecimento do papel insubstituível que as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm como pilar estruturante do modelo português de Estado Social.

Interpretamos também a presença de V. Ex^a como a afirmação da confiança do Estado nas IPSS e um testemunho da necessidade do desenvolvimento de um sã relacionamento, respeitador da autonomia e da identidade que, assente na confiança recíproca, permita construir uma sociedade em que a dignidade da pessoa humana seja o valor primeiro.

Não partilho da ideia que uma posse significa sempre um novo começo.

Esta posse significa a continuidade e aprofundamento de um trabalho que visa reforçar e afirmar a CNIS como principal entidade representativa do sector social solidário.

Somos associações, somos fundações, somos cooperativas, somos misericórdias, somos

institutos de organização religiosa, somos centros sociais paroquiais.

Somos diferentes, mas a soma das nossas diferenças potencia o diálogo amplo e descomplexado de ideias e é o valor estruturante da coesão social e da união.

Somos instrumentos ao serviço das pessoas, das famílias e das comunidades, de onde emanamos, e estamos ao serviço do desenvolvimento integral da pessoa humana cuja dignidade original é, como já disse, valor de que não abdicamos.

Na fidelidade a esta nossa matriz de identidade, planeamos e organizamos todo um conjunto de meios, designadamente humanos e técnicos para responder com eficácia às diferentes problemáticas sociais.

Somos instituições presentes em todo o território nacional numa rede de capilaridade que promove o desenvolvimento e a coesão territorial, que responde a todas as etapas da vida, do nascimento à morte, numa acção transversal a toda a sociedade, preferencialmente centrada nas faixas da população mais vulnerável e carenciada, nos mais excluídos, nos que vivem o desespero diário da desilusão, nos idosos que vivem em solidão e sofrimento, nas crianças abandonadas e negligenciadas, nos que procuram refugiar-se de fundamentalismos e cruzam águas que são cemitérios de milhares de vidas humanas.

Esta posse significa intensificar e fortalecer o edifício confederacional reforçando as instituições, restaurando a confiança e relevando as suas estruturas intermédias.

Este é o desafio para transformarmos fraquezas, divergências, em forças potenciadoras de trabalho, de rigor, de coesão, de solidariedade e, sobretudo de esperança, de forma que o Bem possa ser, como nos diz o Papa Francisco, a epidemia contagiante de uma cultura de encontro, para congregar, em vez de dividir, para fazer cair muros que levantamos tantas vezes desnecessariamente, para fomentar a cultura do diálogo, da cooperação, da corresponsabilidade, em suma, para incrementar dinamismos de comunhão.

Por isso aqui estamos!



CNIS DENUNCIA INCUMPRIMENTO EM MISSIVAS AO GOVERNO

Compromisso de Cooperação 2017-2018 está “globalmente não cumprido”

A insatisfação com o “atraso significativo no cumprimento do que ficara assumido” para o biénio 2017-2018 e com a estagnação nas negociações para o próximo Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, que este ano renoverá o anterior, levaram a CNIS a confrontar os titulares dos três ministérios envolvidos na parceria.

As três missivas enviadas, e que foram acompanhadas de uma avaliação minuciosa de todas as medidas inscritas no Protocolo para o biénio 2017-2018, começam por referir que a “avaliação do cumprimento do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário permite uma análise ao que se cumpriu e não cumpriu, que é importante para a definição do novo Compromisso e para se tomarem medidas reais para que haja condições do reforço da indispensável parceria” nas áreas da Segurança Social e da Formação Profissional, da Educação e da Saúde.

E a primeira grande conclusão que essa avaliação permite, segundo a CNIS, é que se verifica um “atraso significativo no cumprimento do que ficara assumido, com as consequências daí derivadas para o funcionamento das respostas sociais e também para os utentes, famílias e instituições”, sublinhando “a repetida ausência de resposta às questões colocadas e aos pedidos de informação”.

“Estes factos dificultaram, em alguns casos até impediram, que a CNIS exercesse o papel de representante das IPSS e de parceiro social, por ausência e dificuldade de acesso à informação, descredibilizando e enfraquecendo a parceria público-social, consubstanciada no Compromisso de Cooperação, não se verificando abertura, nem a criação de condições para um trabalho de verdadeira parceria, antes pelo contrário, sentindo-se, por vezes, falta de confiança relativamente às entidades do Sector Social e Solidário”, pode ler-se no ofício enviado ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), José Vieira da Silva, que termina com uma acusação: “O Compromisso de Cooperação para este biénio não foi globalmente cumprido por ausência de capacidade e vontade por parte dos organismos da Segurança Social, apesar dos esforços e iniciativas dos representantes das entidades do Sector Social e Solidário”.

Atraso na implementação de medidas, outras apenas parcialmente cumpridas, outras ainda que não saíram do papel, apesar dos esforços da CNIS, formam o quadro geral da aplicação do Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2017-2018.

E se a situação na Segurança Social e Formação Profissional está longe da desejada e desejável, também na área da Educação o cenário não é o melhor.

“Da avaliação do Compromisso podemos concluir que à exceção do Grupo de Trabalho (GT) previsto no ponto 7 e da implementação do Plano CASA, as ações previstas na área da Educação não foram, genericamente, cumpridas, havendo ainda



um caminho a ser percorrido na concretização do que foi assumido”, lê-se na missiva enviada a Tiago Brandão Rodrigues, ministro da Educação, e onde é acrescentado que o acordado nesta área ficou “maioritariamente assente em compromissos genéricos que, apesar de fundamentais, não se materializavam em ações concretas que reforcem a participação conjunta dos representantes do Sector Social e Solidário”.

A este propósito ainda, a CNIS denuncia que “em 2018, ao contrário do que aconteceu nas respostas da área da Segurança Social, não foi efetuada a atualização das comparticipações financeiras no âmbito da Educação Pré-Escolar, por não ativação do GT previsto para o efeito”.

Na missiva é recordado “o aumento substancial de custos de exploração”, nomeadamente devido ao aumento do salário mínimo, às atualizações de escalões e à taxa de inflação, como mais uma dificuldade derivada da não criação do GT previsto, pelo que a CNIS avança com uma proposta: “Para além da reposição do acima exposto, e no sentido do reforço da parceria sugerimos a criação de uma Comissão Nacional de Acompanhamento da Educação, à semelhança do que prevê o artigo 40º da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, para a cooperação, no âmbito da Segurança Social, constituída por representantes dos serviços do Ministério da Educação e do MTSSS e das entidades representativas do Sector Social e Solidário [CNIS, uniões das Misericórdias e das Mutualidades e CONFECOOP], para acompanhamento das matérias da Educação. Igualmente se sugere que sejam criadas condições para que a CNIS possa assumir um papel facilitador, no âmbito do Plano CASA, em estreita articulação com os dois ministérios que o lideram, efetuando o acompanhamento da sua operacionalização junto das instituições, na medida em que é a entidade que as representa”.

Já no respeitante a matérias da Saúde, a CNIS

conclui que, “apesar de algumas ações previstas se considerarem cumpridas, há ainda um caminho a ser percorrido na concretização do que foi assumido”.

Reafirmando a chamada de atenção para o facto de o Compromisso para esta área ter assentado, “maioritariamente, em compromissos genéricos que, apesar de fundamentais, não se materializaram em ações concretas, que reforcem a participação conjunta dos representantes do Sector Social e Solidário”.

Da avaliação efetuada, a CNIS indica à ministra da Saúde, Marta Temido, que “em 2018, ao contrário do que aconteceu nas respostas da área da Segurança Social, não foi efetuada a atualização das comparticipações financeiras no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)”, pela simples “não publicação da Portaria de atualização dos preços”.

À semelhança do que fez para os outros dois ministros, a CNIS lembrou o “aumento substancial de custos de exploração” das IPSS, por via do aumento do salário mínimo, das atualizações de escalões e da taxa de inflação.

No sentido de atenuar os efeitos perniciosos que a atual situação provoca nas instituições, em especial das que têm unidades da RNCCI, a CNIS sugere ao Ministério da Saúde “a criação de uma Comissão Nacional de Acompanhamento da Saúde (...) para acompanhamento das matérias da Saúde, sem prejuízo de aquela integrar outros grupos de trabalho setoriais, nomeadamente os cuidados de saúde primários, a RNCCI e a RNCCISM [Saúde Mental], entre outros”.

A CNIS espera, agora, que as missivas sensibilizem os titulares das três pastas ministeriais que subscrevem os protocolos com o Sector Social Solidário, não só no sentido de uma mais efetiva e eficiente concretização do assumido no passado, mas também no aperfeiçoamento do próximo Compromisso de Cooperação, cujas negociações estão... paradas.

III ENCONTRO DAS IPSS DO ALENTEJO

Instituições querem uma cooperação convergente e concertada com o Estado

O ano de 2019 teve logo no início (dia 3 de janeiro) um preparar de futuro por terras alentejanas, com a realização do III Encontro das IPSS do Alentejo, que decorreu em Évora e reuniu cerca de uma centena de instituições dos quatro distritos da região alentejana (Portalegre, Évora, Beja e Setúbal).

Organizado pela União Distrital das IPSS de Évora, cujos novos órgãos sociais tomaram posse no decorrer dos trabalhos, o encontro debruçou-se sobre o tema «Cooperação – Via de Concertação e de Impacto Social».

Para Tiago Abalroado, presidente da UDIPSS Évora, o encontro foi multitemático e acabou por ser um espaço de em que “houve oportunidade para as instituições intervirem e colocarem questões aos oradores, mas também para conviverem um bocadinho”.

Era vasto e rico o painel de oradores, subdivididos por três grandes temáticas: «O lugar do Estado no caminho da Cooperação» (por Luís Morais e Sónia Ramos, ambos antigos diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Évora; João Carlos Dias, presidente adjunto da CNIS; e Tiago Abalroado, presidente da UDIPSS Évora), «Os desafios da Cooperação – Agora e no Futuro» (por Simões de Almeida, advogado e antigo secretário de Estado da Segurança Social) e «Mais concertação e impacto social» (por José Alberto Pitacas, da Associação Mutualista Montepio/CIRIEC Portugal; Silvia Machado, coordenadora do MBA em Direção Técnica/Serviços nas Organizações Sociais (ANGES/ISCAC); Filomena Bordalo, assessora da CNIS; e Filipe Almeida, presidente do Portugal Inovação Social).

Tiago Abalroado resumiu, para o SOLIDARIEDADE, as conclusões deste III Encontro das IPSS do Alentejo, destacando:

- As instituições sociais em Portugal representam, pelas suas natureza e capilaridade e pelo seu fortíssimo impacto junto das comunidades, uma fonte desafogada de valor económico e social que abrange e envolve os vários atores da sociedade na promoção do desenvolvimento humano, da justiça e do bem comum;

- Nos últimos tempos tem-se assistido ao que parece ser uma tentativa de moldagem da opinião pública contra as instituições sociais, pondo em relevo algumas das suas fragilidades e colocando em causa o papel que constitucionalmente lhes está confiado;

- Estamos notoriamente perante um intento de se fazer tomar o todo pela parte provocando uma miopia aguda e intencional sobre uma realidade que é multissecular na sociedade portuguesa e que nos vários momentos de crise tem sido capaz de, sendo fiel à sua missão, servir de suporte e amparo aos cidadãos;

- O fator crítico e determinante para o sucesso de qualquer instituição social, agora e no



futuro, será a detenção de uma forte capacidade organizativa que lhe permita compreender e responder eficazmente aos problemas sociais emergentes, que seja aberta à constante reinvenção de práticas e à atualização de estratégias e centrada em critérios transparentes e rigorosos de gestão de recursos;

- Ao Estado cabe assumir-se como agente verdadeiramente corresponsável pela ação social desenvolvida no território nacional por intermédio das instituições e não a tarefa de ser um polícia que, na sombra, espera pela transgressão para a seguir aplicar uma coima;

- Ao Estado compete ser um parceiro permanente e horizontal, que ampara e identifica vias de atuação concertada e não uma instância puramente tutelar que olha de cima para baixo na expectativa de encontrar ações ou iniciativas que contrariam a norma;

- À relação de cooperação (Estado vs IPSS) exige-se a cultura da concertação e da convergência. Dela espera-se uma aliança leal, expurgada de outros interesses e estritamente focada no bem-estar das comunidades e na supressão das lacunas que assolam os mais pobres, os marginalizados e os que estão sós.

A este propósito, o líder da União Distrital de Évora reforçou a ideia da “importância que é a responsabilidade do Estado no processo de cooperação, da relação horizontal entre as instituições e o Estado, sem haver sobranças, sem haver autoritarismo”.

Na sessão de encerramento e na tomada de posse dos órgãos sociais da UDIPSS Évora para



o quadriénio 2019-2022, estiveram presentes João Penetra, presidente da Mesa da Assembleia da UDIPSS Évora, que deu a posse, o cônego Silvestre Ourives Marques, em representação do Arcebispo de Évora, e ainda José Ramalho, diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Évora.

Os trabalhos foram ainda abrilhantados pelas atuações de dois grupos corais, um de uma IPSS e outro dos trabalhadores da Segurança Social.

ABRIGO FAMILIAR CASA DE S. JOSÉ, PORTO DE MÓS

Sustentabilidade em perigo por falta de crianças em Mira Daire

Começou como Sopa dos Pobres, em 1944, e com o passar dos anos cresceu e alargou as respostas à comunidade, em especial aos mais idosos e às crianças. Contudo, é a área da infância que, atualmente, levanta mais problemas e cria as maiores preocupações aos dirigentes, porque o inverno demográfico não deixou Mira Daire esquecida. No entanto, o Abrigo Familiar Casa de São José continua a ser fundamental na freguesia e a ajudar a fixar muitas famílias e a rejuvenescer a vila.

Conhecida entre a população de Mira Daire, concelho de Porto de Mós, simplesmente como Casa Abrigo, a instituição, que nasceu em 1944, assumiu diversas designações ao longo dos 75 anos de existência que perfaz este ano.

Como era habitual nesses tempos da década de 1940, a instituição começou por ser uma espécie de Sopa dos Pobres, tendo surgido sob a designação de Casa de Protecção à Indigência de Mira Daire.

“Em 1943, um grupo de empresários lançou a ideia, no cinema local, de juntar esforços no sentido de se fazer alguma coisa em favor de tantas pessoas que percorriam as ruas da terra esmolando o pão de cada dia”, pode ler-se na história da IPSS, e “surgiu de imediato um refeitório, em instalações provisórias”.

Entretanto, em 1951, dá-se a chegada à instituição da Congregação das Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres, que ali se mantém até hoje, e três anos volvidos a IPSS assume nova designação: Instituição de Assistência Abrigo da caridade – Casa de S. José.

O nome atual (Abrigo Familiar Casa de S. José) surgiu em 1982, altura em que adquiriu o estatuto de IPSS.

Porém, foi em 1975 que a instituição começou a ganhar uma outra dinâmica, pois foi o momento em que a nova Direção, presidida por Luís Duque da Silva, assumiu funções e quis dar outra dimensão e dignidade à mesma.

Refira-se que é ainda na década de 1960 que a Casa Abrigo começa a dar resposta à infância, com uma creche, para além de todo o apoio social que já prestava à população carenciada.

Ao longo dos anos a obra foi-se afirmando cada vez mais como uma IPSS, ampliando as modalidades assistenciais e os espaços, no desejo de melhor responder aos desafios da sociedade e da família.

É logo nos anos de 1970 que os dirigentes equacionam a construção de uma lar de idosos, necessidade cada vez mais premente na freguesia.

A este propósito, Adelino Ferreira, vice-presidente da instituição mirenses, recorda as dificuldades e obstáculos surgidos... que quem menos se esperava: “De facto, começou a pensar-se em



criar um lar de idosos em Mira Daire, mas houve sempre muita oposição, em especial de quem devia apoiar, que era a Segurança Social. Em 1975, a Direção presidida por Luís Duque da Silva começou a construir o edifício onde hoje funciona o lar. A Segurança Social avisou que estávamos a construir um lar que não ia ser aprovado. Já com a obra bastante adiantada recebemos a visita do primeiro-ministro Mota Pinto, que questionou qual estava a ser a participação do Estado. Quando lhe dissemos que nenhuma e que só tínhamos a oposição da Segurança Social, ele deu ordem para que fosse atribuída uma verba de 11 mil contos (55 mil euros) à instituição. No entanto, ele faleceu antes que o dinheiro viesse e para ir buscá-lo foi um trabalho enorme. Já tínhamos investido muito dinheiro, com o apoio da população e porque o presidente foi adiantando algum. Depois, quando o edifício estava pronto, comunicámos à Segurança Social o facto consumado e, então, criaram-se as condições

para funcionamento e fizeram-se acordos de cooperação”.

Desses tempos até agora, o equipamento cresceu bastante com a construção do lar de idosos de um lado, o infantário do outro e ainda com a requalificação do edifício mais antigo e onde tudo começou, ao centro, onde foram criados seis quartos e instalados os outros serviços de apoio, como a cozinha e o consultório médico, entre outros.

Ainda antes da construção do novel equipamento, o edifício mais antigo ainda acolheu a área da infância durante alguns anos, tempos que, com nostalgia, Adelino Ferreira recorda: “Chegámos a ter mais de 200 crianças no infantário”.

É que no presente a grande dificuldade da instituição de Mira Daire, localidade que fica incrustada entre as serras de Aire e Candeeiros, é mesmo a falta de crianças.

“Neste momento temos capacidade a mais,



apesar de no lar estarmos completos”, refere o dirigente, acrescentando que em termos de lar a procura também surge de outras localidades, mas crianças “são só da freguesia”.

Tendo iniciado a sua atividade por servir uma refeição quente e curar as feridas a quem mendigava, atualmente o Abrigo Familiar Casa de S. José serve a população de Mira de Aire e arredores nas valências de Creche, Pré-escolar, CATL, ERPI e Centro de Dia.

Em termos de frequência, à exceção do lar de idosos e do CATL, a capacidade de resposta da instituição é maior do que a necessidade, ou seja: ERPI – 51 utentes para 51 vagas; Centro de Dia – cinco utentes para 15 vagas; Creche – 30 crianças para 50 vagas; Pré-escolar – 35 crianças para 60 vagas e CATL – 40 crianças para 40 vagas.

Acresce a esta situação que em nenhuma das respostas os Acordos de Cooperação cobrem a capacidade instalada.

Por outro lado, a instituição continua a fornecer a tal refeição, confecionada ou não, consoante as necessidades de quem bate à porta da Casa Abrigo. Para além disto, há 28 famílias que se abastecem na instituição de bens enviados pelo Banco Alimentar Contra a Fome.

Trabalhando para uma população de poucos recursos económicos, somando a falta de crianças, a situação financeira da instituição, apesar de “equilibrada”, não permite grandes ambições.

“Esta é uma população com bastantes dificuldades. A maioria dos utentes na área da infância paga a participação familiar mínima, já nos seniores damos prioridade às necessidades mais prementes, independentemente da capacidade económica do idoso e família. As participações dos idosos é muito variada, sendo muitas vezes a participação familiar que equilibra as coisas, porque as reformas da maioria são muito baixas”.

Esta ideia é reforçada pela diretora-técnica Maria Teresa Filipe: “Há uma variedade e equilíbrio entre os diversos utentes do lar. Mas temos alguns idosos que nos estão totalmente

entregues e que têm apenas uma reforma baixa. Há, de facto, situações muito frágeis, mas temos outros utentes com uma situação melhor, para além de que temos algumas vagas fora dos Acordos de Cooperação”.

A propósito das contas da Casa Abrigo, Adelino Ferreira acrescenta: “A título de exemplo, em 2017, o Pré-escolar apresentou um défice de 40 mil euros! As contas da creche e do ATL ficaram, mais ou menos, equilibradas e foi o lar que suportou um pouco este défice. Se não levarmos em conta a ajuda de alguns beneméritos, a Casa não tinha hipótese de sobreviver. Quando nos faltarem os apoios dos benfeitores a instituição, com este modelo de financiamento, não tem qualquer hipótese de sobreviver”.

Apesar de ser uma terra pequena, parece que o espírito dos mirenses é enorme.

“Temos várias pessoas de Mira Daire, que vivem cá ou migraram para outras localidades, que dão donativos em dinheiro e outras que dão géneros alimentícios, como batatas, fruta, vegetais e outros. Estas são dádivas importantes, porque se nos dão não precisamos de comprar, mas as mais importantes são as doações em dinheiro, porque ajudam a cumprir os compromissos que temos, em especial com as remunerações dos 50 trabalhadores da instituição”.

Para os responsáveis pela Casa Abrigo, isto reflete o reconhecimento da população pelo trabalho desenvolvido na instituição.

“É um facto e nisso tem muita influência a ação das Irmãs Concepcionistas, porque em todas as respostas é exigida muita humanidade no trato. O modo como as pessoas são tratadas é muito importante. Há tempos tivemos uma inspeção surpresa e as técnicas da Segurança Social ficaram de boca aberta com a forma como as pessoas estavam a ser tratadas. E isto faz com que sejamos muito procurados”, sublinha o dirigente.

Porém, “os projetos estão parados”, diz, explicando: “Se não temos crianças para a capacidade instalada, se não temos capacidade financeira para aumentar o lar, neste momento,

francamente, pensamos é em manter e melhorar a qualidade do que temos, mas sem ambição de crescer mais. Fala-se muito, mas os apoios surgem apenas nos discursos. Em 2017 fechámos uma sala de Pré-escolar, em 2018 estivemos na iminência de fechar outra, mas agora está a compor-se. No entanto, tivemos que fazer algumas mexidas no pessoal, porque não podíamos apresentar novamente um prejuízo de 40 mil euros, como aconteceu em 2017”.

E se em muitas localidades a abertura da resposta pública em Pré-escolar prejudicou a frequência nas IPSS, em Mira Daire nem foi o caso: “A abertura da resposta na escola pública não influenciou muito os números de frequência, porque são semelhantes aos de antes dessa abertura, porém o que sentimos é mesmo a falta de crianças”.

Para Adelino Ferreira, a grande dificuldade em manter esta casa em boa dinâmica é mesmo “a falta de crianças”.

“A casa, neste momento, está a cumprir, mas a grande dificuldade, em termos de infântario, é a falta de crianças, porque as pessoas foram embora da terra. Vamos cumprindo, com os utentes e com os compromissos externos, mas temos que fazer uma gestão muito rigorosa, sem desperdícios e sem luxos. No entanto, as contas estão equilibradas”, desabafa, destacando: “É de toda a justiça dizer-se que esta casa nunca chegaria onde chegou nem seria o que é sem as Irmãs”.

E como seria Mira Daire sem a Casa Abrigo?

“Seria mais pobre em termos de qualidade de vida e teria menos futuro, porque teria ainda menos crianças”, afirma Maria Teresa Filipe, ao que Adelino Ferreira acrescenta: “Avaliando os tempos áureos da indústria têxtil em Mira Daire e os dias de hoje, sem esta casa a freguesia, embora tenha reduzido o número de famílias, seria hoje muito mais pequena. A instituição é, seguramente, o segundo empregador da freguesia, portanto, haveria igualmente menos emprego”.

MOSTEIRO DE SANTA MARIA SCALA COELI, ÉVORA

Silêncio e clausura em nome de Deus

O Mosteiro de Santa Maria Scala Coeli, mais conhecido por Convento da Cartuxa, é um mosteiro situado junto às Portas da Lagoa, na cidade de Évora. Em Portugal, foi o primeiro da Ordem dos Cartuxos (ou de São Bruno), fundado em 1587 pelo Arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança, sendo dedicado à Virgem Maria, sob a denominação “Scala Coeli” – “Escada do Céu”.

O edifício tem uma fachada renascentista em mármore cuja autoria é atribuída aos arquitectos Felipe Terzi e Giovanni Vincenzo Casali. No interior do templo, é impressionante o cadeiral monástico e o retábulo de talha dourada do altar-mor. O claustro, com quase cem metros, é o maior de Portugal.

Em 1834, os monges cartuxos foram obrigados a abandonar o mosteiro, devido à extinção das ordens religiosas em Portugal. O mosteiro passou para a tutela do Estado que o aproveitou para Escola Agrícola, a igreja chegou a ser um celeiro. Em 1871 a família Eugénio de Almeida comprou as ruínas.

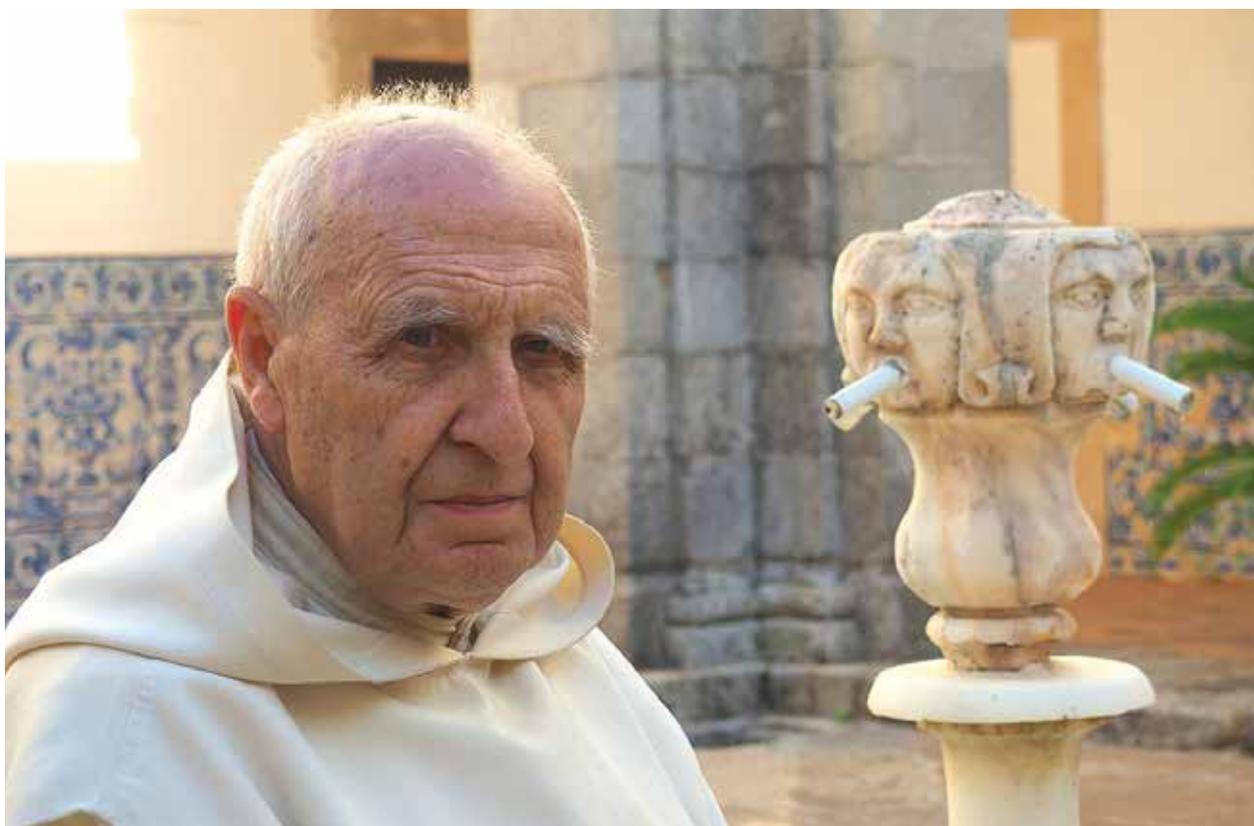
A igreja foi declarada monumento nacional em 1910. Em meados do século XX, o convento foi restaurado por iniciativa de Vasco Maria Eugénio de Almeida, Conde de Villalva, criador da fundação com o mesmo nome. Depois de o recuperar devolveu-o à Ordem de São Bruno. Sete foram os fundadores em 1587 e sete os restauradores em 1960. O Mosteiro de Santa Maria Scala Coeli ou Cartuxa de Évora, propriedade da Fundação Eugénio de Almeida, é ainda hoje um local de oração e contemplação, única presença dos Monges Cartuxos em Portugal.

A Ordem Cartusiana foi fundada por São Bruno (Colónia, c. 1035 – Squillace, Calábria, 1101) e os monges vivem exclusivamente em silêncio, totalmente dedicados à oração e à contemplação.

Hoje em dia continua a ser assim. É certo que são só uma meia dúzia de “velhos cartuxos”, como lhes chama padre Antão Lopez, prior da Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli. “Eu conheci pessoalmente o Conde Villalva que herdou as ruínas, reedificou-as e devolveu o mosteiro à Ordem. Eu estava presente, aqui, há 54 anos quando ele anunciou a criação de uma Fundação de Beneficência de direito estatal para que não fosse possível voltar a retirar o mosteiro à Ordem. Curiosamente, em 1975, não tiraram as terras ao mosteiro, mas tiraram-lhe as terras a ele.”

Antão Lopez tinha 30 anos quando chegou a Évora para recuperar a tradição Cartuxa no Santa Maria Scala Coeli. Pediram-lhe que relançasse em Portugal as sementes da vida monástica fundada por São Bruno há quase mil anos. Foram sete os monges do recomeço, número simbólico que repetia o nascimento do culto no mosteiro em 1587. Neste meio século de vida em clausura talvez este seja o momento mais crítico... “Nós fomos vinte há uns tempos, uma dúzia quase sempre e agora somos sete.”

A procura diminuiu apesar dos leigos terem a porta aberta para esta vocação do silêncio, da clausura e da contemplação. As comunidades são



sempre pequenas e a seleção é rigorosa. Pode ler-se no site da Ordem (www.chartreux.org/pt) que continua a ser grande o atrativo que a Cartuxa exerce em Portugal. “Muitos os que se interessam por esta vida, mas a Ordem prefere manter a pureza dos seus costumes eremíticos e contemplativos, seleccionando bem os candidatos. É sempre possível e aconselhável uma visita, uma experiência, e Deus escolhe então os seus. Todavia, o bom Deus não lhes pede qualidades especiais para o canto, nem forças ou esperteza para o trabalho, nem habilitações para os estudos: apenas quer fé e amor, generosidade e desprendimento, e algo de que os cartuxos falam muito: simplicidade, no sentido de saber reduzir-se ao essencial, que é Deus, e renunciar a tanta coisa supérflua que a sociedade julga indispensável mas de que o solitário nem se lembra.”

Neste momento, explica o padre Antão Lopez, há dois candidatos portugueses a esta vida de renúncia e dedicação exclusiva a Deus. “Há dois portugueses em Espanha. Os que nos procuram aqui nós enviamos para Valência. Isto funciona como porta de entrada, como presença da ordem em Portugal. Fazemos o atendimento, mas depois é preciso uma formação maior. O prior de Valência é português. Formam-se lá e depois que voltem eles ou outros





é indiferente. A naturalidade para nós não tem importância. Aqui somos quatro espanhóis e três portugueses. Este mosteiro em Évora funciona como apresentação da Ordem em Portugal.”

A Ordem dos Cartuxos também acolhe leigos. Não é preciso uma formação eclesial prévia para optar pela vida monástica de isolamento do mundo. “Aqui também entram leigos. Temos aqui um irmão que era marceneiro, fazia talha dourada. Fazia imagens religiosas. Foi estudar em Santander, perto de França. Tem uma grande formação, tem feito obras de arte para a Cartuxa. Ele não é sacerdote, não precisa, santifica-se profissionalmente. Há outros que são médicos, alfaiates... entram na Ordem e trabalham naturalmente sem serem padres.”

Na porta de acesso ao Convento de Santa Maria Scala Coeli a palavra “clausura” escrita numa placa metálica, pendurada na porta de ferro trabalhado, ao lado de três antigas fechaduras metálicas, não deixam espaço para dúvidas. A partir dali a vida tem outro sentido. “Nós costumamos dizer que não somos melhores ou piores, mas somos diferentes de todos os outros mosteiros. Há beneditinos aqui em Portugal, em Singeverga, há cistercienses... A norma geral é que os monges se isolam do mundo, do movimento, para viverem com Deus, num mosteiro, mas dentro do mosteiro vivem ordinariamente com os outros monges. Comem juntos, estudam juntos, fazem a vida juntos. A vida cartusiana é um passo mais. Nós, dentro do mosteiro, vivemos cada um sozinho com Deus.”

Os monges de Évora só distinguem as festas e os dias normais de trabalho. Durante a semana os seis dias são passados na cela com saídas para as refeições e para as orações. “E aos domingos temos este claustro, com três salas de reunião, comemos juntos e temos nestas salas reuniões a que chamamos o governo da comunidade. É onde se recebem os noviços, que fazem os votos, a vida monástica séria. Noutra sala rezamos o terço em comum e as capelinhas servem para dizer missas. Este claustro mais bonito e mais digno é onde a nossa vida é comunitária. Mas, durante a semana, temos o resto do mosteiro onde cada um passa com Deus a vida sozinho. É por isso que somos tão diferentes



e tão poucos. É uma vida muito diferente de uma vida normal.”

Os Cartuxos não ensinam, não fazem trabalho apostólico, não participam na comunidade exterior. Explicam que “oferecem ao Senhor, em favor de todos os homens, uma vida de sacrifício e oração, renúncia e amor, austeridade e recolhimento, silêncio e solidão, trabalho e liturgia, pobreza e obediência, castidade e estabilidade, ascetismo e misticismo: uma existência, enfim, de fidelidade ao Evangelho e de entrega total a Deus.” Na Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli são sete os monges que se dedicam a esta vida de clausura. Dois têm mais de 90 anos, outros três mais de 80 e os restantes dois estão na casa dos 50. É uma vida cartusiana reduzida ao mínimo que dificulta as poucas situações de cariz comunitário: “Nós cantamos à meia noite, continuamos a cantar. Somos 2 ou 3 em cada coro e é pouco. Mas mesmo assim.... Nós cantamos e pensamos que Deus fica contente.”



Para o padre Antão Lopez, prior da Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli, a pergunta mil vezes repetida tem uma resposta com minúsculos laivos de irritabilidade. Porquê uma existência em clausura? “O que é mais difícil: ser aviador ou marinheiro? É a vocação. Para mim seria difícil andar em missão em África. Ser missionário, convencendo as pessoas a serem baptizadas. E aqui nunca tive dificuldade, vivendo todo o dia em silêncio, lendo e falando com Deus. Se meter aqui um missionário ele rebenta. Cada um tem a sua vocação. Há muitos anos eu renunciei a três coisas de que gostava muito: a família, o desporto e a fotografia... Não sinto falta do mundo.”

O padre Antão Lopez acompanha-nos à porta, lembrando que está na hora da recolha obrigatória. As visitas que o mundo faz ao mosteiro também cansam...

VICTOR M. PINTO (TEXTO E FOTOS)

CEGOS E AMBLÍOPES COM VOTO EM BRAILLE

ACAPO pede campanhas eleitorais inclusivas

A Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, ACAPO, apelou aos partidos políticos para que as campanhas eleitorais sejam mais inclusivas, garantindo que as suas mensagens chegam a todos.

A propósito do Dia Mundial do Braille, que se assinala a 4 de janeiro, a ACAPO pede, em comunicado, campanhas eleitorais mais acessíveis, recordando que pela primeira vez os portugueses invisuais podem este ano votar de forma autónoma e secreta.

A 19 de julho do ano passado a Assembleia da República aprovou um pacote de medidas no qual se inclui o voto em braille.

No comunicado, a ACAPO afirma que este ano Portugal terá três atos eleitorais, em dois dos quais, Assembleia da República e Parlamento Europeu, os invisuais podem pela primeira vez votar de forma autónoma, graças à criação de uma matriz de voto em braille.

A matriz é uma réplica do boletim de voto escrita em braille, com recortes que alinham com os quadrados impressos no boletim, o que permite ao eleitor colocar a cruz no quadrado que se refere à sua preferência.

“A ACAPO saúda, por isso, o esforço da secretaria-geral do Ministério da Administração

Interna para concretizar a intenção do legislador e garantir um voto independente por parte dos eleitores com deficiência visual”, mas defende que “um verdadeiro voto independente é um voto informado”.

Comunicar com pessoas com deficiência visual “requer tão simplesmente vontade, e, em grande parte das vezes, nem há custos adicionais significativos”, diz-se no comunicado da ACAPO, citando o presidente da direção da associação, Tomé Coelho.

Na sua página oficial a ACAPO tem um conjunto de recomendações aos partidos políticos para que as suas mensagens sejam mais acessíveis, essencialmente propondo que o conteúdo de imagens ou filmes seja descrito, quer nas redes sociais quer em páginas na internet, em e-mails ou em panfletos. Nos comícios os deficientes visuais também devem ser apoiados.

O Dia Mundial do Braille assinala-se a 04 de janeiro, a data do nascimento de Louis Braille, que criou um sistema de leitura para invisuais que é usado em todo o mundo.

Braille criou um sistema de seis pontos que, combinados, permitem a leitura, estando hoje acessível em livros mas também em locais



públicos, em embalagens de medicamentos ou em teclas de multibanco ou de elevador.

Louis Braille nasceu a 04 de janeiro de 1809 em França e terá ficado cego por acidente quando tinha três anos. Criou o sistema de pontos em relevo ainda adolescente.

O QUE GANHA COM O SOFTWARE DE GESTÃO F3M PARA O SETOR SOCIAL



?



MAIS DE 3000 CLIENTES NO SETOR SOCIAL

ESCALAS DE SERVIÇO	STOCKS	SÓCIOS	CLÍNICA	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	VIATURAS	BLOCO OPERATÓRIO	INTERNAMENTO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS
					UTENTES	APÓIO SOMICILIÁRIO	IMOBILIZADO	MAILING		
					SALÁRIOS	TESOURARIA	CONTABILIDADE	RECURSOS HUMANOS		

NOVIDADES ▼



Nova plataforma web da F3M para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.

- Gestão e organização integrada de todas as áreas das entidades do setor social com software Líder de Mercado.
- Garantia de apoio ao cumprimento das obrigações legais e fiscais.
- Controlo mais eficaz e transparente de todos os processos.
- Maior rentabilização dos recursos.
- Recolha de informação válida de apoio à tomada de decisão.

JÁ CONHECE O PLANO DE FORMAÇÃO F3M PARA 2019?

Prepare-se e prepare os seus colaboradores para os desafios do mercado.
FALE CONNOSCO!

www.f3m.pt



F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda



VII CONGRESSO ELEITORAL DA CNIS

Órgãos Sociais 2019-2022 tomam posse e exigem respeito pelas IPSS

Do VII Congresso Eleitoral da CNIS saiu a recondução do padre Lino Maia na presidência da CNIS, numa eleição em que apenas uma lista foi a sufrágio. Nos discursos de tomada de posse foi exigido “respeito pelas IPSS” e uma atenção redobrada à sustentabilidade, “o grande desafio e maior problema” que as instituições enfrentam. Na resposta, o ministro foi bastante diplomático, mostrando-se aberto ao diálogo, mas sem avançar respostas concretas.



O Domus Carmeli, em Fátima, acolheu, no dia 12 de janeiro, o VII Congresso Eleitoral da CNIS em que a Lista Única, encabeçada pelo padre Lino Maia, recolheu, do universo de 234 IPSS votantes, 210 votos, registando-se ainda 20 votos em branco e quatro votos nulos.

Refira-se que, em 2015, aquando da última eleição para os órgãos sociais, igualmente com lista única, exerceram o direito de voto 253 instituições de base, tendo a candidatura recolhido 229 votos.

Com a tomada de posse marcada para as 17h00 e o início do Congresso Eleitoral agendado para as 10h00, a presença maciça dos representantes das IPSS associadas da CNIS

aconteceu logo pela manhã, com grande afluência às mesas de voto, repetindo-se após a hora de almoço, até porque havia o Momento de Reflexão, para assinalar o 38º aniversário da CNIS.

Nas breves palavras que proferiu antes do ato formal, Manuela Mendonça recordou um pouco o que foi o desempenho das funções, sublinhando: “Também cresci com a CNIS e agora vemo-nos desse lado nas Assembleias Gerais”.

A fechar, a presidente cessante da AG deixou um alerta vigoroso: “É preciso haver respeito do Governo pelas IPSS”.

Já o novo líder das reuniões magnas da CNIS, na sua primeira intervenção enquanto tal

(ver Editorial, pág. 3), deu o mote para o que o padre Lino Maia viria a dizer e lembrou que “uma posse não significa sempre um começo e neste caso é a continuidade”.

Afirmando “a determinação da CNIS em trabalhar em conjunto com o Governo em prol da causa comum” e reforçando o espírito de “lealdade no exercício da atividade das IPSS”, o padre Lino Maia começou a sua intervenção por cumprimentar e agradecer aos membros que agora cessam funções nos órgãos sociais da CNIS e por saudar os recém-empossados elementos.

Dadas as saudações o reeleito presidente da CNIS lembrou o papel fundamental das IPSS no país, lembrando que elas são “promotoras

de coesão territorial”, “promotoras de coesão social” e “promotoras da igualdade entre os cidadãos”, sublinhando que “Portugal é um país desigual, mas não fossem as IPSS e as desigualdades seriam muito maiores”.

Aproveitando a ocasião e a presença do ministro Vieira da Silva, o padre Lino Maia alertou para “o grande desafio que as instituições enfrentam, a sustentabilidade”, reafirmando ser esta “a grande preocupação dos órgãos sociais da CNIS”, que “estão dispostos a tudo fazer para ajudar a assegurar a sustentabilidade das IPSS, que está em perigo”.

Para o líder da maior organização de IPSS do país, “a sustentabilidade é o grande desafio e o grande problema que as instituições enfrentam”, pelo que criar mais respostas, abarcar

mais território ou exigir mais empenho às instituições “é impossível”, asseverou.

“As IPSS têm que ser sustentadas e sustentáveis para poderem servir aqueles que mais precisam”, sustentou, lembrando: “As IPSS são um importantíssimo pilar do Estado Social. Sem elas não podemos falar de Estado Social tal como o imaginamos. Assim, é importante reforçar o Estado Social e para isso precisamos de reforçar as IPSS”.

E lembrou que “o desassoreamento deste pilar é o desassoreamento do país”.

Depois, o presidente da CNIS reconduzido até 2022 reafirmou a credibilidade das IPSS, recusando que um simples caso, “que é explorado até ao tutano”, possa manchar essa credibilidade, até porque “as IPSS são

credíveis porque têm dirigentes que brotam da sociedade”.

Sublinhando a importância das IPSS, o padre Lino Maia referiu: “As IPSS são os utentes, que estão felizes nas instituições e é por eles que todos nos damos. As IPSS são os trabalhadores, que não são um problema e que em muitas das vezes não são devidamente reconhecidos na remuneração, até porque eles dedicam-se”.

E aqui o líder da CNIS assentou um desejo: “Que a satisfação dos utentes e a qualidade das instituições sejam a alavanca para o respeito e a autonomia das instituições. Talvez os custos fossem menores se as IPSS tivessem mais autonomia”.

A terminar, o padre Lino Maia disse-se

SILVA PENEDA NO 38. ANIVERSÁRIO DA CNIS

É preciso rever o atual modelo de financiamento das IPSS

Numa altura em que o ato eleitoral se aproximava do final, no auditório do Domus Carmeli dava-se início ao Momento de Reflexão, que teve por base o estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», e que assinalou, antecipadamente, o Dia da CNIS, que passou no dia 15 de janeiro.

Perante um auditório completamente cheio, José Silva Peneda, antigo ministro da Segurança Social, Pedro Adão e Silva, membro do CoLabor (Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social), Américo Mendes, coordenador do estudo, e Henrique Rodrigues, assessor jurídico da CNIS, refletiram sobre o Sector Social Solidário, tendo por base o estudo recém-editado pela CNIS.

Depois de fazer um breve enquadramento histórico, Silva Peneda mostrou-se surpreendido com alguns dados revelados pelo estudo.

“Choca-me que o financiamento das autarquias ao Sector não chegue a 1%, pois fica-se pelo 0,75%”, afirmou, acrescentando: “Alguma coisa tem que ser feita. Sei que os dirigentes das IPSS desconfiam das autarquias e dos partidos políticos, mas algo tem que ser feito”.

Relevando “o impacto das IPSS no desenvolvimento local”, o conselheiro do presidente da Comissão Europeia defendeu que esta realidade “não pode deixar de ser valorizada e tida em atenção aquando do financiamento”, para, de seguida, recusar a postura do Estado que “normaliza tudo”, pois assim “deixa de haver criatividade e gera desmotivação”.

Por outro lado, Silva Peneda apontou três situações como os principais riscos que o Sector enfrenta no futuro.

“O primeiro é o financiamento. É preciso rever o modelo atual e um pacto entre o Estado e o Sector Social tem que envolver as autarquias”, sustentou, acrescentando: “A evolução demográfica, pelo que há que fazer um forte investimento para mobilizar determinadas tecnologias para adiar e atenuar as demências. E ainda a relação com o Estado, que é difícil, pois o Estado não tem dinheiro e é forreta, para além de que os acordos são feitos de forma global e não devia ser assim”.

Por seu turno, Pedro Adão e Silva refletiu sobre «O passado e o futuro de uma relação: o Estado e as respostas solidárias», começando por abordar a história das IPSS até ao momento presente.

Para o docente do ISCTE-IUL, o relacionamento entre Estado e Sector Social Solidário é uma “solução que combina universalismo com heterogeneidade” e que “colmata as falhas do mercado e as falhas de Estado, porque o mercado não está interessado e Estado não tem nem capacidade, nem capilaridade”, promove a coesão social, pois, como está plasmado no estudo em análise, “a principal atividade das IPSS é providenciar o acesso a bens e serviços de apoio social a pessoas que não têm capacidade de os pagar por um valor que cubra o respetivo custo”, “promove o associativismo, a participação (e o trabalho voluntário) e a proximidade”, mas também a coesão territorial, já que “o Estado abdica de expandir a sua malha e as entidades estão onde o Estado não está (70% das freguesias têm equipamentos de IPSS e em 27% das freguesias só há equipamentos de IPSS)”.

Neste retrato, Adão e Silva lembrou ainda que esta é uma solução que “assenta num modelo particular de financiamento da oferta e procura suportada com recursos das famílias, com condição de recursos, e das instituições”.

Por outro lado, o membro do CoLabor considerou que, atualmente, o relacionamento com o Estado encerra uma “tensão entre a cobertura, a equidade, a seletividade, a eficiência e a sustentabilidade” e gera alguns constrangimentos ao nível da sustentabilidade, que “é sensível ao território”, “depende de diferenciação positiva dos acessos e das famílias, o que gera iniquidade”, e ainda ao nível da sustentabilidade das respostas, que “está sempre um passo atrás das transformações demográficas e da evolução dos riscos”.

Lançando, de seguida, um olhar ao futuro, Adão e Silva sublinhou que o modelo tem “um passado, com virtualidades, mas, também, insuficiências”, considerando ser necessário “afastar a possibilidade de uma mudança radical”, identificando como principais riscos “a nacionalização, a privatização e a municipalização das respostas”.



Já sobre os desafios futuros, o docente do ISCTE-IUL apontou “o alargamento da cobertura, a equidade social e territorial, a evolução demográfica e a sustentabilidade das instituições”.

Por fim, Adão e Silva deixou algumas ideias em jeito de contributo para o futuro.

Primeiro, “a mudança só pode ocorrer no início de uma legislatura, com envolvimento de todos e com grande esforço de planeamento e avaliação”, sendo importante relevar “as virtudes da estabilidade”, defendeu, acrescentando: “É necessário repensar o equilíbrio entre o esforço do Estado, das famílias e das entidades, sem colocar em risco nem a sustentabilidade, em várias dimensões, nem a equidade; continuar a alargar a rede, também como forma de conter o risco de iniquidade, e fazer uma reavaliação de custos multidimensional, ajustada às novas realidades das instituições, mas, também, dos riscos”.

Seguiu-se um momento de debate, com diversos representantes das IPSS a intervirem, suscitando questões e relatando as realidades das suas instituições.

Em resposta a algumas dessas questões, Silva Peneda começou por dizer que “a opinião pública está mal informada sobre as IPSS”, acrescentando: “Não conheço nenhum outro sector de atividade que seja mais auditado do que o Sector Social”.

Refletir sobre o Sector Social Solidário foi a escolha da CNIS para assinalar o seu 38.º aniversário e assim preparar melhor os dirigentes para o futuro desafiante que se afigura no horizonte.



“confiante” e exortou os presentes: “Todos somos a CNIS e agora... mãos à obra”.

De seguida, no encerramento da sessão de tomada de posse, o ministro Vieira da Silva, num discurso que ficou aquém das expectativas dos dirigentes das IPSS presentes, por ter sido demasiado institucional, algo formal e, de certa forma, vazio de conteúdo, principalmente depois das preocupações expostas pelos diversos dirigentes da CNIS que usaram da palavra, lembrou que, “apesar de algumas diferenças, há um consenso geral sobre a importância do Sector Social e Solidário” na sociedade portuguesa.

O governante lembrou o “enquadramento constitucional e legal [Lei de Bases da Segurança Social], razão para que muitas angústias dos dirigentes das IPSS não existam”.

Depois de referir que a parceria de cooperação entre o Estado e o Sector Social Solidário “mais do que triplicou em cerca de 20 anos”, ou seja, após a assinatura do Protocolo de Cooperação para a Solidariedade Social, em 1996, e que para 2019 estão orçamentados “mais de 1,5 milhões de euros para a ação social”, o ministro reafirmou a relação de parceria que pretende manter com o Sector.

“A relação não se baseia em instituições que o Estado subsidia, nem em instituições que têm a concessão do Estado. Não, é uma relação de parceria, que respeita a autonomia e que reconhece que a sua ação é essencial e de natureza pública”, defendeu, acrescentando que isso “demonstra que a relação é baseada na cooperação”.

Vieira da Silva recordou que “o que caracterizou a relação nestes últimos anos foi um esforço de clarificação das dimensões fundamentais dessa cooperação”, exemplificando com “a correção de assimetrias em termos de acordos de cooperação”.

Considerando isto como “uma prioridade essencial”, o ministro referiu a abrangência de “mais 10 mil utentes” com os concursos, entretanto, abertos, só que aqueles dizem respeito aos relativos ao ano de 2017, estando ainda por fechar os de 2018.

Já sobre a grande preocupação da CNIS, a sustentabilidade das IPSS, Vieira da Silva lembrou que “a resiliência e capacidade de sustentação do Sector Social é superior à de outros sectores de atividade”, mas “não há uma solução mágica para este problema”.

Para o ministro, “a solução mais simples é redutora, ou seja, de desistirmos de reforçar a rede, ou então uma solução que seria contrária ao código genético deste Sector, que seria uma tentação para o predomínio das atividades comerciais em detrimento da função social, que é a marca de água deste Sector”.

Estando estas soluções fora de cogitação, “há que encontrar soluções mais adequadas”, defendeu.

Sobre o modelo de financiamento do Sector Social Solidário, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social começou por dizer que “as soluções disponíveis sejam também elas soluções muito fáceis de concretizar”, sublinhando que “as alterações devem ter por condição fundamental a manutenção da estabilidade do Sector, o que limita as possibilidades de inovação no plano do financiamento”.

Considerando este “um desafio exigente e complexo”, Vieira da Silva referiu o facto de ele “ter sido muitas vezes associado à possibilidade da existência de mecanismos de diferenciação nos modelos de apoio público”.

Apesar de mostrar a disponibilidade do Governo para estudar a questão, o governante alertou que “essa não é uma tarefa fácil”.

“Este é um debate que merece a pena ser feito e a CNIS deve ser parte ativa nele e, estou

certo, dará um contributo importante”, sustentou, avançando para a identificação dos principais desafios que o futuro apresenta.

“As alterações demográficas são o grande desafio, e até das políticas sociais”, a necessidade de “mais investimento na área da deficiência” e “a qualidade da resposta na primeira infância não pode ser posta em causa pela baixa natalidade” foram os desafios apontados, mas Vieira da Silva mostrou-se convicto de que pela sua “qualidade, profundidade e dimensão”, o Sector Social Solidário “tem condições para dar resposta a estes desafios”.

A terminar, o ministro deixou uma palavra de “saudação, estímulo, confiança e solidariedade aos novos dirigentes”, mostrando-se confiante de que o Sector “continuará a trabalhar no progresso, inovação, coesão e solidariedade das nossas comunidades”.

A determinada altura, Vieira da Silva afirmou que “muito mais do que as palavras contam os atos” e, agora, é por estes que os dirigentes das IPSS aguardam, esperando, por exemplo, um melhor e maior cumprimento dos Compromissos de Cooperação e do retomar rápido das negociações para o Protocolo para o biénio 2019-2020.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

ÓRGÃOS SOCIAIS DA CNIS 2019-2022

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: José Carlos Borges Batalha (União Distrital das Instituições de Solidariedade Social de Lisboa).

Vice-presidente: Gil Manuel Alves Tavares (APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra).

Secretários: José Manuel Henriques Cera Casaleiro (APAC - Associação Popular de Apoio à Criança), Eduardo Júlio Quaresma Mourinha (União Distrital das Instituições de Solidariedade Social de Santarém) e João Manuel Baptista Canedo Reis (Lar D. Pedro V).

Direção

Presidente: Lino da Silva Maia (Centro Social de S. Martinho de Aldoar).

Vice-presidente: Eleutério Manuel Alves (Santa Casa da Misericórdia de Bragança).

Secretário: José Custódio Leirião (Centro Social Paroquial de Azambuja).

Tesoureiro: José Macário Correia (Centro Social de Santo Estevão).

Vogais: Maria de Lurdes Borges Póvoa Pomba da Costa (APPADCM de Castelo Branco), Maria João Rebelo Quintela (Associação Portuguesa de Psicogerontologia), José Lopes Baptista (Centro

Social das Antas), Maria da Conceição Mendes Marques (Centro Sócio Cultural Desportivo Sande S. Clemente) e Roberto Rosmaninho Mariz (Centro Social da Paróquia de S. Lázaro).

Conselho Fiscal

Presidente: Carlos Alberto Lacerda Pais (Centro Comunitário da Vera Cruz).

1º vogal: Maria do Céu de Castro Fernandes Carreira Coelho (Centro Social Paroquial da Graça).

2º vogal: Fernando Júlio da Silva e Sousa (ARIFA - Associação dos Reformados e Idosos da Freguesia da Amora).

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Obrigado, Padre Lino!

Ainda no rescaldo do sufrágio eleitoral na CNIS em que o Padre Lino Maia voltou a merecer, por voto secreto, a confiança das centenas de Instituições Particulares de Solidariedade Social filiadas na Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade, quero, em nome pessoal, dizer-lhe, através do SOLIDARIEDADE: OBRIGADO, PADRE LINO!

Conheço relativamente bem o que significa assumir as responsabilidades de presidente da CNIS, assegurando o cumprimento dos objetivos que os estatutos da CNIS exigem da Direção Nacional e das equipas de trabalho por ela lideradas para prestarem relevantes serviços de apoio social, técnico, jurídico e negocial ao conjunto das Instituições. Por isso mesmo, e sem desprimor por todos aqueles que, anteriormente, desempenharam já estas funções de liderança, sinto-me legitimado para reconhecer a coragem e o sentido de missão que, nos tempos que correm, significa esta disponibilidade para SERVIR!

Parto do suposto de que os milhares de

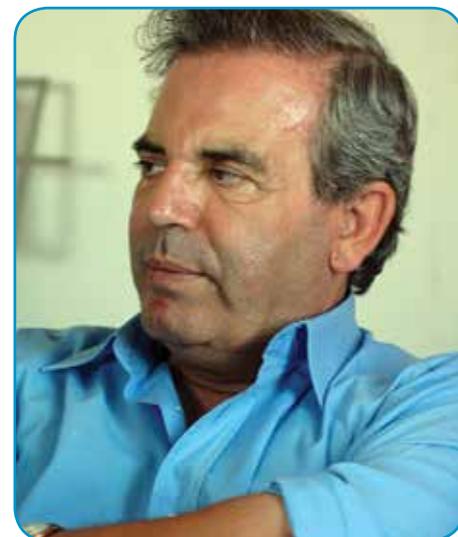
membros os Órgãos Sociais, bem assim como dos muitos milhares de trabalhadores que asseguram, no dia a dia, o bom funcionamento da imensa rede de equipamentos e serviços ao serviço da Comunidade, têm uma noção exata dos tempos difíceis que o Setor Social tem vindo a atravessar.

A equipa renovada da Direção Nacional da CNIS tem pela frente muitos e complexos desafios para os quais terá de mobilizar todas e cada uma das Instituições, em estreita cooperação com as Uniões Distritais.

Vivemos um “tempo social novo” em que as IPSS terão de ir construindo novas respostas sociais e de solidariedade social para novas temáticas/problemáticas das famílias e comunidades em que estas Instituições estão inseridas!

Por outro lado, vivemos também um “novo tempo político” marcado por uma irritante tentativa de asfixia de tudo quanto é particular/ social/cooperativo!

É neste contexto que a reeleição do Padre Lino Maia constituiu uma escolha acertada!



Informação aos leitores de SOLIDARIEDADE: apesar de, há já a algum tempo, estar a sentir dificuldade em continuar a assegurar ser minha colaboração através desta crónica (por razões de saúde), cessarei, a partir de agora, esta colaboração, agradecendo a oportunidade que me foi dada de, por esta via, manter o contato com a grande FAMÍLIA DA SOLIDARIEDADE!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

Estados Unidos: a crise do orçamento e o muro

Que um governo norte-americano fique temporariamente inoperacional, por via da não aprovação do seu orçamento, não constitui propriamente uma novidade. Que uma crise deste género tenha origem no projecto governamental da construção de um muro que impeça ou dificulte a imigração ilegal para os Estados Unidos é que já é uma novidade.

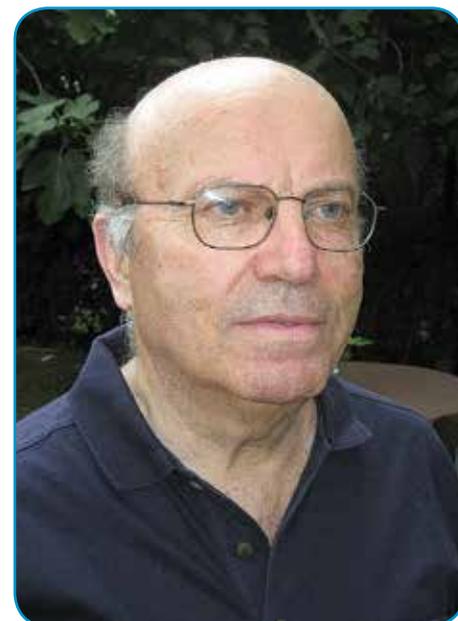
Para além disso, trata-se de uma novidade que muito tem contribuído para prejudicar a imagem internacional dum país que, apesar de tudo, ainda continua a ser uma superpotência mundial.

Deve dizer-se que a imigração para os Estados Unidos não precisou da construção de um muro, sobretudo de um muro com a extensão já anunciada, para se tornar muito mais difícil do que já foi. O que aconteceu é que recentemente a Comunicação Social mostrou ao mundo a impressionante caravana de migrantes centro-americanos que pretendiam chegar à América do Norte para fugir às amargas condições sociais em que viviam nos seus países, nomeadamente as Honduras, a Guatemala e El Salvador. Nessa longa e difícil caminhada

teriam de passar pela fronteira do México com os Estados Unidos e, mais concretamente, pela cidade Tijuana que a Comunicação Social tornou famosa em pouco tempo.

Tijuana situa-se junto à fronteira do México com os Estados Unidos, pelo que funcionava como ponto de passagem para todos aqueles que, na América Central, acalentavam o sonho de viver num país que lhes poderia dar a possibilidade de construir uma vida melhor. A proximidade da fronteira dava mais força a esse sonho que muitos dos seus conterrâneos já haviam conseguido realizar. Só que, em 2016, os norte-americanos escolheram um novo presidente e este não deixou dúvidas acerca das alterações que iria introduzir na política migratória do seu governo.

Dando cumprimento às promessas feitas durante a sua campanha eleitoral, Donald Trump tornou essa política muito mais restritiva, pelo que a hipótese de atingir o tão ansiado sonho americano iria tornar-se muito mais difícil de alcançar. Temendo que as alterações defendidas pelo novo presidente se concretizassem e se tornassem irreversíveis, milhares de



centro-americanos, homens e mulheres, novos e velhos, começaram a juntar-se e iniciaram, em S. Pedro de Sula, nas Honduras, uma longa caminhada, rumo à conquista do sonho. Talvez estivessem convencidos de que seria impossível a qualquer governo resistir à força mediática de uma invasão pacífica, protagonizada por uma enorme multidão que apenas reclamava pela abertura de fronteiras. As imagens desta nova peregrinação chegaram a nossas casas durante muitos dias.

Só que, pelo menos até agora, essas fronteiras não se abriram e o presidente ameaça mesmo fechá-las com um muro cujo extensão e tamanho envergonham o seu país. A única esperança é a de que o braço de ferro que republicanos e democratas travam no Senado, sobretudo por causa do seu custo, possa abrir algumas brechas num novo muro da vergonha...

Respeito

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



1 – Tem suscitado amplo debate na sociedade portuguesa, designadamente nos meios de comunicação social, a importante questão da Lei de Bases da Saúde, designadamente quanto ao modelo e à forma como há-de a mesma Lei conformar-se com os princípios do Serviço Nacional de Saúde consagrados na Constituição da República.

Embora ao debate propriamente parlamentar tenha sido destinada apenas uma hora dos trabalhos do Plenário, a imprensa foi-nos dando conta, ao longo dos meses, das diferentes propostas de Lei e das principais posições dos partidos com representação parlamentar e das corporações da Saúde, em torno da nova Lei.

Recordemos que havia fundamentalmente duas perspectivas em confronto:

- uma, que diríamos mais fiel à matriz inicial do Serviço Nacional de Saúde, tal como foi criado por António Arnaut, então Ministro dos Assuntos Sociais, assente na provisão pública dos cuidados de saúde, através de uma rede de serviços e equipamentos de saúde pertencentes ao Estado e por ele geridos, embora permitindo, para completude da prestação de cuidados e na estrita medida do necessário para esse efeito, a participação complementar dos operadores privados.

Tal proposta, alicerçada num projecto de Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde – designado “Salvar o Serviço Nacional de Saúde” –, elaborado e apresentado há cerca de dois anos por António Arnaut e João Semedo, no Convento de São Francisco, em Coimbra - merecia, com pequenas variações, o apoio do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda e de uma parte do Partido Socialista;

- outra, mais harmonizada com as feições que o SNS foi adquirindo ao longo dos anos, adaptado que tem sido à progressiva incorporação das respostas do Sector Social e do Sector Privado lucrativo no Sistema de Saúde que temos, através de sistemas de acordos, convenções ou parcerias público-privadas com o Estado.

Esta segunda proposta assentava nas conclusões de um grupo de trabalho, coordenado pela antiga Ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira, nomeado pelo actual Governo para esse efeito; e, nesta perspectiva da coexistência de resposta pública, social ou privada no âmbito do Sistema Nacional de Saúde, assegurava o apoio do Partido Social Democrata, do Centro Democrático e Social e da outra parte do Partido Socialista.

Sabemos que as parcerias público-privadas não deixaram grande nome na praça, havendo ainda hoje a convicção generalizada de que se tratou, principalmente no que toca às parcerias no âmbito das grandes obras públicas, de uma forma iníqua de partilha dos riscos – ficando o risco e os prejuízos por conta do Estado e as vantagens financeiras para arrecadação privada.

Mas não é a avaliação de um ou outro modelo de configuração do Serviço Nacional de Saúde, e a participação do Sector Social e do Sector Privado nele, que me traz ao tema.

Já falei aqui por diversas vezes do que penso a este respeito – e para lá remeto.

Não: o meu ponto é que, seja um ou seja outro o desenho legislativo do SNS, ambos são legítimos,

no sentido de que ambos têm cabimento no âmbito da previsão constitucional (do artº 64ª da Lei Fundamental).

Correspondem, certamente, a diversas e divergentes opções ideológicas, podendo cada Governo ou cada maioria parlamentar ir variando o formato desse Serviço Público essencial.

Mas o que o artº 64º da Constituição estabelece é que, tendo todos os cidadãos “direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover” (artº 64º, 1), tal “direito é realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas dos cidadãos, tendencialmente gratuito” (artº 64º, 1., a).

Quanto à concreta composição orgânica ou no que respeita à participação dos diversos sectores da economia no SNS, a disposição constitucional é aberta, permitindo os afeiçoamentos que cada Governo lhe queira imprimir.

2 – Passa-se algo semelhante no que respeita à Educação.

Ainda todos nos lembramos do aceso debate que ocorreu na fase inicial do actual Governo, a propósito dos contratos de associação – forma de fazer o Sector Privado integrar a rede nacional de ensino, fundamentalmente ao nível do ensino básico e do secundário – e dos cortes levados a cabo pelo Governo nesses contratos.

Tal debate centrou-se fundamentalmente na figura da Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, por um lado; e nos proprietários dos colégios, por outro.

(O debate teve também algum envolvimento da Igreja Católica, na condição de responsável por vários estabelecimentos de ensino afectados.)

Também não é o sentido da minha opinião de fundo sobre este tema que vem ao caso desta crónica (embora entenda ser significativa a diferença entre o título da eventual participação das instituições de solidariedade no âmbito destes contratos de associação e a sua legitimidade no que tange à acção social: só aqui tem sentido material falar de solidariedade.)

Mas o que pretendo significar é que, igualmente ao que se passa no campo da saúde, as diversas formas de modulação da participação do sector social ou do sector privado na rede escolar do ensino básico e secundário são legítimas à face da Constituição, dependendo das opções ideológicas ou programáticas de cada Governo ou maioria parlamentar a adequação, em cada momento, entre essa participação (ou falta dela) e as políticas públicas.

Com efeito, a provisão constitucional, a este propósito, apenas estabelece o dever do Estado de “assegurar o ensino básico universal, gratuito e obrigatório”, “criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar”; e “garantir a todos os cidadãos ... acesso aos graus mais elevados de ensino, da investigação científica e da criação artística” (artº 74º, 2., a) b) e c) – permitindo ao mesmo Estado conformar, em cada momento, a composição orgânica da Rede.

(Embora se deva vislumbrar no texto constitucional uma excepção: na educação pré-escolar, o artº 74º, 2., b) da Constituição expressamente estatui que o sistema público é apenas parte de um “sistema geral de educação pré-escolar” – o que remete para a

existência de outros sectores não-públicos.)

3 – O mesmo não se pode dizer do Sector da Acção Social, parte integrante do Sistema de Segurança Social que a Constituição quis que fosse unificado e descentralizado, cabendo ao Estado a sua organização, coordenação e subsidiação, nos termos do artº 63º da mesma Constituição.

Com efeito, e no que toca à participação na provisão dos serviços públicos de entidades exteriores ao Estado, o nº 5 do mesmo artº 63º da Constituição especialmente consagra a função das instituições particulares de solidariedade social como um dos pilares do sistema de protecção social universal de cidadania: “5. O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a actividade e o funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objectivos de solidariedade social consignados, nomeadamente, neste artigo, na alínea b) do n.º 2 do artigo 67.º, no artigo 69.º, na alínea e) do n.º 1 do artigo 70.º e nos artigos 71.º e 72.º.”

Quer isto dizer que se não trata, a este respeito, de saber se os sucessivos Governos podem ou não, de acordo com os seus objectivos ou ideologias, alienar esse papel que a Constituição especificamente consigna às IPSS no que respeita ao desenvolvimento da Acção Social.

Não podem!

Não deixa, aliás, de ser curioso constatar como algumas das forças políticas, ou secções delas, que se apresentam a rasgar as vestes – e por boas razões – sempre que vislumbram um qualquer desrespeito à Constituição, estejam na primeira linha da suspeição quanto às virtualidades do modelo português de protecção social, único na Europa, em que as Instituições de Solidariedade integram, de pleno direito, o modelo constitucional e legal – não cuidando aqui da vontade constituinte.

Na cerimónia de encerramento do Congresso Eleitoral da CNIS, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Dr. Vieira da Silva, justamente salientou o assento constitucional do papel e da actividade do Sector Solidário, no mesmo sentido do que já havia sido explicitado, no decurso do Encontro que acompanhou os trabalhos do Congresso, pelo Professor Pedro Adão e Silva – que igualmente enfatizou o carácter excepcional, a nível europeu, do modelo português.

Na mesma cerimónia, e na sequência desse papel primordial e virtuoso, quer a Presidente da Assembleia Geral cessante, Professora Manuela Mendonça, quer o Presidente da CNIS, Pe. Lino Maia, reclamaram do Governo mais respeito.

É o que falta.

CASA DO POVO DE ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-VELHO

Almoço solidário para ajudar a reparar estragos da tempestade Leslie

O ano de 2018 não foi fácil para a Casa do Povo de Abrunheira, no concelho de Montemor-o-Velho.

Vítima da tempestade tropical Leslie, que atravessou o território nacional em meados de outubro, a instituição que acolhe, cuida e apoia dezenas de idosos na Abrunheira, mas também de freguesias vizinhas, viu todas as suas estruturas parcialmente destruídas, o que causou prejuízos de elevada monta.

No sentido de angariar fundos para obstar a tão graves e elevados prejuízos, a IPSS de Abrunheira organizou um almoço solidário, no qual participaram utentes, familiares e comunidade, todos bastante sensibilizados com o que aconteceu.

“Depois da passagem da tempestade, têm sido semanas alucinantes na recuperação da normalidade possível”, disse fonte da instituição, explicando: “Exemplo disso é a reconstrução da sala onde decorreu o convívio, estrutura que foi literalmente arrancada pelos ventos da intempérie e que agora surge com estrutura renovada, oferecendo um espaço aprazível com excelentes comodidades para encontros, atividades seniores e eventos de vária índole que a instituição tem já em mente realizar em 2019”.

O grande propósito dos dirigentes da Casa do Povo de Abrunheira para o ano que agora entra passa por “devolver a alegria, o convívio e o conforto, aliados aos serviços de excelência



que têm vindo a ser prestados e reconhecidos por todos”.

De facto, o grau de destruição foi bastante elevado, mas isso parece não fazer esmorecer quem ali trabalha, pois se em termos de infraestruturas o ano de 2018 é para esquecer, os prémios acumulados demonstram que o espírito e o dinamismo estão em alta.

Recorde-se que o projeto «ArteMemória», que alia arte e terapia, com o propósito de prevenir, estabilizar e reabilitar estados demenciais,

bastante comuns na comunidade sénior, arrebata duas menções honrosas no ano que passou: Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2018, na categoria Inovação e Sustentabilidade; e Prémio Ajudar 2018, da Fundação Inatel.

Este é um projeto que aposta nas pinturas em grande escala, distribuídas por vários espaços da IPSS e que tem por objetivo proporcionar ao idoso institucionalizado uma panóplia de estímulos neurosensoriais dinâmicos.

COMUNIDADES ISLÂMICA E HINDU «CELEBRARAM» O NATAL

Solidariedade religiosa para com os mais carenciados

Dezembro, por força da época natalícia, é o mês da solidariedade por excelência e a sociedade sente-se, em geral, imbuída desse espírito que releva a partilha entre todos e o sentido de família.

Nesse sentido, diversas organizações promovem iniciativas através das quais tentam espalhar esse espírito solidário, especialmente junto daqueles que mais precisam.

Em Almada, muçulmanos e católicos juntaram-se no nono almoço solidário promovido pela Comunidade Islâmica do Sul do Tejo destinado a pessoas em condições socioeconómicas desfavorecidas.

O repasto contou com a presença de representantes de ambas as religiões, entidades civis e políticas do concelho.

Cerca de 150 pessoas aderiram à iniciativa que contou com a ajuda da Associação de Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro (ASDL), que convidou jovens, idosos e famílias.

Altaf Siddik, responsável pela Comunidade Islâmica do Sul do Tejo, recorda que na primeira edição houve muita renitência por parte das

pessoas, mas que hoje esta é já uma iniciativa abraçada por todos e bem-vinda na comunidade do Laranjeiro.

Para além do almoço solidário, os participantes tiveram ainda direito a um cabaz e as crianças a um brinquedo.

Este espírito ecuménico esteve também presente na Comunidade Hindu de Portugal, que uma vez mais abriu as suas portas a quem quis conhecer a sua realidade comunitária.

«Oriental X-mas» é o nome que a comunidade hinduísta sediada em Lisboa dá a esta iniciativa, em que os participantes podem tomar contacto com a religião Hindu, degustar a gastronomia e assistir a um espetáculo de dança de marca hinduísta.

Kirit Bachu, presidente da Comunidade Hindu de Portugal, garantiu que esta é uma iniciativa é para continuar, pois é uma forma de celebrar a boa integração dos hindus no nosso país.

Por outro lado, a Comunidade Vida e Paz promoveu a sua Festa de Natal, um evento em que ao longo de três torna a vida dos sem-abrigo e suas

famílias um pouco mais normal e confortável.

Trabalhando essencialmente com a população sem-abrigo de Lisboa, cidade que regista o mais elevado número de pessoas a viver nesta situação, a Comunidade Vida e Paz instalou-se na Cantina da Cidade Universitária e proporcionou aos convidados momentos de partilha e convívio com os voluntários que, através de pequenos gestos e palavras, motivam os mesmos a transformar as suas vidas.

Como não podia deixar de ser, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que empunha a bandeira em defesa dos sem-abrigo desde que tomou posse, marcou presença, dando visibilidade a uma população que vive na margem das margens da sociedade.

Ao longo desses três dias a instituição assegurou, com a colaboração de empresas, instituições e cerca de mil voluntários, o acesso a inúmeros serviços de apoio (vestuário, calçado, cabeleireiro, saúde, refeições, apoio jurídico, Espaço Aberto ao Diálogo...) e espetáculos, tendo, uma vez mais, terminado com o convívio do jantar de Natal.

A2000 – ASSOCIAÇÃO 2000 DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Campanha de angariação de fundos para o projeto «Sempre em Movimento»

A A2000 - Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento lançou neste arranque de 2019 uma campanha de crowdfunding no sentido de adquirir equipamentos para o projeto «Sempre em Movimento».

A instituição sediada em Santa Marta de Penaguião, mas cuja ação toca ainda os concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua, Mondim de Basto, Vila Real, Montalegre, Chaves, Baião, Resende, Tabuaço, Vila Pouca de Aguiar e Armamar, tem, desde dezembro de 2016, uma nova resposta para 25 pessoas com deficiência grave ou incapacidade, o CAARPD (Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade), que envolve duas modalidades: Atendimento e Acompanhamento Social e Reabilitação Social.

O CAARPD realiza atividades que visam desenvolver competências pessoais e sociais úteis na vida diária; competências de autonomia; orientação e mobilidade; estimulação sensorial; formação comportamental; atividades recreativas e culturais; e apoio psicossocial para os clientes e familiares.

Como muitos dos utentes sofrem de excesso de peso, devido ao seu estilo de vida sedentário, aliado à má alimentação, o projeto «Sempre em Movimento» pretende proporcionar uma melhor qualidade de vida, através da atividade física.



Nesse sentido, e com o objetivo de adquirir material de desporto/ginástica, a A2000 lançou uma campanha de angariação de fundos. Para participar o procedimento é simples, havendo duas opções:

Opção 1 - Aceder a partir do link <https://novobancocrowdfunding.pt/sempre-em-movimento> e seguir os passos indicados no site! A colaboração pode ser feita com qualquer montante a partir de 1€;

Opção 2 - Manifestar interesse enviando um e-mail e/ou fazendo um comentário na publicação no Facebook para que a instituição o

possa contactar e fornecer-lhe uma referência multibanco.

A A2000 pretende, através da atividade física, proporcionar a igualdade de oportunidades e, de igual modo, promover a interação e inclusão com vista à reabilitação, treino de capacidades, desenvolvimento de hábitos de vida saudáveis e integração social, pelo que todo e qualquer apoio é bem recebido pela instituição e utentes.

O objetivo é angariar 5.000 euros e a campanha encerra no próximo dia 11 de março, às 18h00.

CASES ASSINALA CINQUENTENÁRIO DA MORTE DE ANTÓNIO SÉRGIO

SPA acolhe cerimónia do Prémio Solidariedade e Cooperação 2018

A sede da SPA - Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa, recebe, no dia 24 de janeiro, a cerimónia de tributo a António Sérgio, por ocasião da passagem do quinquagésimo aniversário da morte do escritor, pensador e pedagogo.

Para além de um vasto programa, que integra a apresentação de um livro, uma conferência e um momento musical, a cerimónia tem como ponto alto a entrega do Prémio Solidariedade e Cooperação António Sérgio 2018.

Dentre os galardoados, destaque para a associada da CNIS Casa do Povo de Abrunheira, cujo projeto «ArteMemória - Cuidar da memória através da arte» é distinguido com uma Menção Honrosa, na categoria «Inovação e Sustentabilidade», cujos vencedores «ex aequo» são a Coolabora, com o projeto «Troca a Tod@s», e a U.DREAM, com a iniciativa «Expansão da U.DREAM para a cidade de Aveiro». Também a Solidaried'arte recebe uma Menção Honrosa pelo projeto «Loja Eco Solidária Itinerante».

O «ArteMemória» é um projeto inovador de combate à demência, apostando em pinturas que retratam a memória coletiva dos utentes institucionalizados, aliando arte e terapia, com o propósito de prevenir, estabilizar e reabilitar estados demenciais, bastante comuns na comunidade sénior desta e de muitas outras associadas da CNIS.

Já na categoria «Estudos e Investigação», Vítor Manuel Figueiredo é o vencedor, com a tese de doutoramento em Gestão da Universidade da Beira Interior, intitulada «As Cooperativas como Alianças Estratégicas: Fatores de sucesso para a satisfação dos cooperadores vitivinícolas da região do Dão».

No capítulo dos «Trabalhos de Âmbito Escolar», o premiado é o Agrupamento de Escolas Conde de Ourém, com o projeto «AGIR».

Já na novel categoria de «Trabalhos Jornalísticos» venceram «ex aequo» Marta Gonçalves e Nuno Botelho pelo trabalho jornalístico, publicado no jornal Expresso, «Gente bonita come fruta feia: as virtudes da

imperfeição», e Isabel Osório pela reportagem televisiva (SIC) «Os 25 Anos da Associação Abraço».

É também atribuída uma Menção Honrosa a Pedro Vasco Oliveira, pela grande reportagem «Confederação Portuguesa de Economia Social: Nascimento de uma organização impenável há pouco mais de um ano», publicada no SOLIDARIEDADE, na qual é abordado o percurso feito pela Economia Social e os seus principais agentes até à criação da Confederação.

Francisco Silva, secretário-geral da Confagri e recém-eleito presidente da Confederação Portuguesa de Economia Social, é o distinguido com o Prémio de Honra à Carreira «Personalidade da Economia Social» 2018.

Neste âmbito, Ivone Félix, coordenadora executiva da CERCIOEIRAS, é brindada com o Prémio de Honra à Capacidade Empreendedora.

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva, fará as honras na sessão de encerramento da cerimónia.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- | | | | | |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE | STRONG CHARON TAMPER | UPK CLIMAMOR |
| B2B | CERGER | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM | PAPIRO VALDOC |
| VIVAMAIS | SERDIAL | BIOSOG | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
 TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

STRONG CHARON
 Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CONTACTE-NOS



TRIVALOR

PORTO

Fundo de Emergência Social apoia 450 famílias

A 5.ª edição do programa municipal Porto Solidário - Fundo de Emergência Social está a apoiar 450 famílias com carências financeiras, financiando o pagamento da renda das suas casas com um valor médio de 180 euros/mês, revelou a autarquia.

De acordo com informação disponível na sua página na Internet, a Câmara do Porto refere que esta iniciativa, lançada em 2014, “está a apoiar 450 famílias e o valor médio do financiamento mensal ronda os 180 euros (para um valor médio de renda ou prestação bancária na ordem dos 277 euros)”.

Nesta 5.ª edição, que teve início em julho e se estende até junho de 2019, a grande maioria dos agregados familiares apoiados (299) “é composta por entre dois a quatro elementos”, especifica a Câmara do Porto.

“Com algum peso também, segue-se o apoio a pessoas que vivem sozinhas (140), sendo residual o suporte a núcleos com mais de cinco pessoas (11)”, acrescenta.

A autarquia revela ainda que o rendimento mensal das famílias apoiadas “está próximo dos 460 euros, o que denota, efetivamente, que este

programa da Câmara vem acudir a situações de emergência”.

“Neste quadro, 155 agregados auferem Rendimento Social de Inserção, 135 vivem do seu parco rendimento, 98 têm direito a reforma ou pensão e 60 famílias recebem subsídio de desemprego”, sustenta.

Os dados recolhidos indicam ainda que, das 450 famílias que recebem apoio, “a esmagadora maioria” (93,8%) têm habitação arrendada e apenas 6,2% têm casa própria.

A Câmara do Porto salienta que o Programa Solidário, “um dos eixos do Fundo de Emergência Social, é por natureza rotativo, uma vez que o seu objetivo é dar resposta positiva a um número mais alargado de agregados que estejam a atravessar um momento de carência financeira grave”.

Nesta 5.ª edição, o programa conta com uma verba de 1,1 milhões de euros, tendo esta sido aprovada por unanimidade, em reunião do executivo, no início de abril.

Este Fundo de Emergência Social do Porto apoia ainda a inclusão de cidadãos com deficiência e instituições particulares de solidariedade social (IPSS) sem fins lucrativos.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
 - TSR - Utentes
 - TSR - Bancos
 - TSR - Associados
 - TSR - Rendas
 - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS) RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES
SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556 - r/c
Apartado 1071 EC Lameiras
4836-908 Guimarães.

TELEFONE (351) 253 408 326
TELEMÓVEL (351) 939 729 729

ENCONTRE-NÓS EM
www.tsr.pt **tsr@tsr.pt**



ANTÓNIO VITORINO

Princípio da solidariedade está em falta na UE

O diretor-geral da Organização Internacional das Migrações lamenta que o princípio da solidariedade esteja atualmente em falta na União Europeia e como isso tem dificultado a construção de uma política migratória e de asilo comunitária.

“Acho que uma questão fundamental para termos uma política comunitária é o princípio da solidariedade. E manifestamente em alguns momentos, tanto no que diz respeito às migrações, como no que diz respeito ao asilo, acho que aquilo que mais falta fez foi essa vontade de solidariedade”, afirma António Vitorino.

O diretor-geral da Organização Internacional das Migrações (OIM) recorda que a União Europeia (UE) já conseguiu ter esse princípio de solidariedade, como foi o caso na década de 1990, quando os países do bloco comunitário acolheram cerca de 700 mil migrantes refugiados oriundos dos Balcãs Ocidentais, fruto do conflito na antiga Jugoslávia.

“Aí houve um princípio de solidariedade, houve uma distribuição dos que chegavam para beneficiarem de proteção temporária entre os vários Estados-membros da UE. Ora isso não se verificou em 2015 [pico da crise migratória]. E é, portanto, preciso perguntarmo-nos porque é que essa solidariedade hoje está em falta e sem ela é difícil construir uma política comum, seja de asilo seja de imigração”, refere António Vitorino, que é ex-eurodeputado e ex-comissário europeu.

Na opinião do diretor-geral da OIM, a falta de solidariedade sentida hoje no seio da Europa acontece por vários fatores, nomeadamente porque as sociedades mudaram muito entre os meados dos anos 90 e os meados da atual década (2015).

“Houve muitas transformações que não têm a ver com as migrações. São transformações que têm a ver com a insegurança e a

incerteza sobre o futuro das classes médias e os seus níveis de rendimentos. Têm a ver com a insegurança de ordem pública com os atentados terroristas. Têm a ver com a perceção de que as inovações tecnológicas atingiram tal ritmo que muito daquilo que nós considerávamos consolidado, adquirido e garantido nas sociedades em que vivemos está posto em causa”, afirma.

“Isso gera um mal-estar social em que as migrações aparecem como o bode expiatório fácil porque aquele que vem é diferente nós, é estrangeiro, vem de fora e é fácil reportar a eles aquilo que são no fundo ansiedades de nós próprios”, prossegue.

Ainda em relação ao ano de 2015, altura em que a Europa recebeu mais de um milhão de migrantes e refugiados (o número mais alto no continente desde os anos 90), a maioria a fugir do conflito na Síria, António Vitorino lembra que na altura a comunidade internacional não percebeu os alertas lançados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, agência então liderada pelo atual secretário-geral da ONU, António Guterres.

“A maioria das pessoas que fugiram do conflito sírio foram acolhidas nos países limítrofes. No Líbano cerca de um milhão e meio, na Jordânia também cerca de um milhão e meio a dois milhões, e na Turquia três milhões. As condições nesses campos eram muito difíceis”, recorda.

“Lembro-me perfeitamente que o então alto comissário das Nações Unidas para os refugiados, o engenheiro António Guterres, alertou de que se não houvesse um reforço do financiamento das condições de sustentação desses campos de refugiados não haveria condições de manter, por exemplo, o nível de alimentação que era necessário para garantir a subsistência destas pessoas. E de facto, a comunidade internacional nessa altura pareceu não perceber esta mensagem”, afirma.

Segundo António Vitorino, a deslocação em massa de pessoas que estavam nestes campos de refugiados e que “procuraram encontrar na Europa um acolhimento mais favorável” acabaria por desencadear muitos outros movimentos oriundos de outras proveniências, como Afeganistão, Iraque ou países da Ásia central ou da África subsaariana, “que não tinham rigorosamente nada a ver com o conflito na Síria, tanto que as estatísticas mostram que apenas 30% do um milhão de pessoas que chegaram à Europa nesse ano eram oriundas do conflito da Síria”.

Regressando ao momento atual, António Vitorino fala ainda sobre uma das imagens que marcaram o ano de 2018: o resgate de centenas de migrantes por navios de organizações humanitárias no Mediterrâneo que depois aguardam vários dias, em alto mar, pela luz verde de um país europeu para aportar num porto seguro.

“Há regras de direito internacional marítimo aplicáveis e nem sempre têm sido observadas. Obviamente que alguns países estão geograficamente mais expostos que outros. E nesse sentido o que é fundamental é garantir que a vida das pessoas está salvaguardada. E para isso é necessário que as instâncias nacionais e europeias tenham uma estratégia conjunta de abordagem das operações de busca e salvamento no mar”, diz Vitorino.

“Mas, mais uma vez, a resposta só pode ser uma. A solução tem de ser integrada, tem de ser partilhada e tem de se basear na solidariedade”, reforça.

Sobre a atuação da OIM nestes casos, António Vitorino indica que a organização está envolvida, designadamente naquilo que chama como “o dia seguinte” após o resgate, fornecendo apoio e assistência humanitária às pessoas que são resgatadas “e, muitas vezes, no retorno dessas pessoas aos respetivos países de origem”.

Portugal acolhe migrantes

Portugal é um dos oito países europeus que vão receber os 49 migrantes resgatados em dezembro por dois navios humanitários e que permanecem no mar ao largo de Malta, segundo um acordo anunciado pelo Governo maltês.

O primeiro-ministro de Malta indicou que os 49 migrantes vão ser transportados em breve por navios militares maltês para Malta e depois distribuídos por oito países da União Europeia, entre os quais Portugal.

Numa resposta enviada à agência Lusa, o Ministério da Administração Interna (MAI) indica que Portugal “respondeu, mais uma vez”, ao apelo da Comissão Europeia e manifestou disponibilidade para acolher até 10 migrantes.

O acordo anunciado pelo Governo de Malta

põe fim a um impasse que começou depois de 32 migrantes terem sido resgatados pelo navio humanitário alemão Sea-Watch, em 22 de dezembro, a que se seguiu o resgate de outras 17, em 29 de dezembro, por outro barco humanitário alemão, o Sea-Eye.

Malta e Itália recusaram que navios de resgate privados desembarcassem migrantes nos seus portos.

Em vez disso, o acordo prevê que os migrantes sejam transportados, em breve, por embarcações militares maltesas até Malta, mantendo-se a proibição dos barcos particulares atracarem.

Além de Portugal, os migrantes vão ser também acolhidos pela Alemanha, França, Irlanda, Romênia, Luxemburgo, Holanda e Itália.

O Ministério da Administração Interna adianta que “a disponibilidade resulta do compromisso de solidariedade e de cooperação europeia” assumido por Portugal em matéria de migrações, tendo o país respondido “a todas as situações de emergência que resultam do resgate de migrantes no Mediterrâneo” e participado “solidariamente no processo de acolhimento”.

No entanto, Portugal defende “uma solução europeia integrada para responder ao desafio dos fluxos de migrantes que procuram chegar à Europa através do Mediterrâneo”, salienta o MAI

Em 2018, Portugal acolheu 86 pessoas na sequência de resgates de navios humanitários.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



O futuro da Internet

Dediquei em tempos uma série de crónicas ao tema das gigantes da tecnologia. Fi-lo porque acredito que as gigantes tecnológicas, e o aproveitamento comercial que fazem das oportunidades criadas com o aparecimento da internet, são a maior ameaça aos regimes de democracia liberal em que nos habituámos a viver e que damos, erradamente, por garantidos para todo o sempre.

Por estes dias ficámos a saber, graças a uma investigação do Parlamento do Reino Unido, que a Facebook assinou contratos com várias empresas pelos quais garantia acesso a dados pessoais dos utilizadores. A investigação também demonstrou que, embora fosse absolutamente claro dentro da companhia que se tratava, no mínimo, de um comportamento de legalidade duvidosa, os gestores de topo, Marck Zuckerberg incluído, validaram as operações.

Não foram mais estas gravíssimas revelações que me levaram a escrever de novo sobre o tema. Volto a ele porque há um par de semanas ocorreu em Lisboa a Web Summit.

Confesso que não dei muita atenção ao evento. Aquilo transformou-se numa festarola vagamente parola, entre a feira de vaidades e o mercado do pechisbeque embora, a acreditar nas notícias, continue a atrair dezenas de milhar de visitantes o que é ótimo para a cidade de Lisboa e para Portugal.

No entanto, houve um momento que manifestamente valeu a pena. Refiro-me à intervenção de Tim Berners-Lee, que muitos consideram o pai da internet.

Sir Tim Berners-Lee não se limitou a “inventar” a internet – ofereceu a tecnologia à humanidade. A internet nasceu como utopia, como um meio de comunicação democrático, não hierárquico e fora do controlo de qualquer autoridade constituída.

Passaram 30 anos e o balanço pode não ser muito bonito.

É verdade que há hoje 2 biliões de web sites no mundo, um site por cada quatro habitantes do planeta.

É verdade que, graças à web, aconteceram coisas fantásticas. Ditaduras e regimes corruptos foram derrubados, muitas histórias de corrupção de poderosos foram denunciadas. São inúmeras as histórias individuais de progresso e salvação que, na ausência da web, talvez não tivessem sido simplesmente possíveis.

Mas há um lado negro.

Atualmente apenas 3 empresas dominam a internet à escala global. A Google concentra 90% das pesquisas online. A Amazon tem mais de 50% dos

serviços de cloud sob a sua guarda e a Facebook terá 2,2 biliões de utilizadores sem falar nos 1,5 biliões da WhatsApp que também lhe pertence.

A utilização de algoritmos é pervasiva. Por exemplo, sabemos que algoritmos de sites de recrutamento estão calibrados para favorecer candidatos masculinos e brancos. Os empréstimos a taxas punitivas são direcionados para pessoas pobres e em stress financeiro, ou seja, provavelmente, sem alternativas.

As redes sociais têm sido sistematicamente utilizadas como instrumento político e constituem o meio privilegiado de disseminação de notícias falsas ou campanhas de difamação sem qualquer controlo e sem qualquer possibilidade de responsabilização dos autores. Como é óbvio, os grandes utilizadores destas potencialidades são os regimes totalitários que o podem fazer dado que não estão sujeitos a escrutínio democrático.

A utopia está em risco de virar distopia.

O que Tim Berners-Lee veio fazer a Lisboa foi propor um novo contrato para a web, salvar a utopia.

Esse contrato tem 3 capítulos: acessibilidade, segurança e neutralidade.

Em relação à acessibilidade, apesar do progresso, muito ainda está por fazer. Em 2005 cerca de 16% da população mundial tinha acesso a web. Hoje somos cerca de 4 biliões, metade da população. A quantidade de informação trocada é estonteante. Por dia passam pela web 2,5 biliões de GB de informação, o equivalente a 1 bilião de filmes.

E, no entanto, ainda há metade da humanidade que está fora da Web. Imaginámos que, sendo a web uma coisa dos tempos modernos, a discriminação negativa das mulheres seria aqui menor que no passado. Nada mais errado. A probabilidade um homem estar online é 33% superior à das mulheres. Pior, segundo os estudos mais credíveis, na base desta discriminação está o mesmo e maldito fator de sempre – o menor poder económico.

Em matéria de segurança a situação é problemática. Sabemos que os nossos dados pessoais e que a informação que produzimos pode ser utilizada, sem nosso consentimento consciente, para fins comerciais ou, no limite, para atividades ilícitas. Muitas pessoas dão consentimento em aplicativos com linguagem jurídica de difícil compreensão ou até sem sequer ler os termos e condições.

Mas mesmo no melhor dos mundos, em que todas as empresas respeitassem a confidencialidade

dos dados, ninguém pode garantir a segurança porque muitas vezes os sistemas são invadidos por entidades maliciosas. Desde 2004 foram reportados cerca de 300 eventos de invasão significativos. E quantos foram escondidos, por razões reputacionais ou outras? Simplesmente não sabemos!

Não devemos contar excessivamente com as autoridades públicas nesta matéria. O papel da Web Foundation refere que, numa análise a 65 países, concluiu que 1,5 biliões de pessoas vivem em geografias em que nem sequer existe legislação de proteção de dados pessoais.

Finalmente a neutralidade. Hoje a web é essencialmente ocidental e de língua inglesa.

Atualmente mais de metade do milhão de sites mais frequentados é de língua inglesa. No entanto, apenas 25% da população do planeta domina a língua inglesa.

Um outro risco relevante é a ausência de neutralidade no tratamento do tráfego e da informação.

A Web Foundation, de que Tim Berners-Lee é Presidente, propõe soluções para todos os capítulos. Trata-se quase sempre de soluções razoáveis que qualquer pessoa de reta intenção não deixaria de subscrever.

O problema é que essas soluções terão de ser implementadas pelos poderes públicos. E, nesse domicílio, o que temos visto não nos deve animar excessivamente.

A Europa, que é de longe o lugar onde apesar de tudo existe maior consciência destes problemas e maior disponibilidade política para os enfrentar, não conseguiu pôr-se de acordo para uma tributação coordenada das gigantes da tecnologia que, em cima dos muito mal que fazem, nem sequer pagam impostos.

Os países nórdicos e a Irlanda opõem-se a um sistema de tributação baseado em algo diferente dos “lucros” gerados no território. Só aceitariam um tal modelo se fosse adotado a nível global (podem esperar sentados). A Alemanha também se pôs de fora temendo que o modelo de tributação proposto pela França espantasse a tecnologia das terras teutónicas. Agora está em cima da mesa uma solução pífia de tributação apenas da publicidade, que pode incomodar um pouco a Google ou a Facebook, mas que deixa a rir a Amazon ou a Apple.

Temo bem que o sonho utópico de Tim Berners-Lee esteja em risco e que não haja políticos com coragem para enfrentar o monstro.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

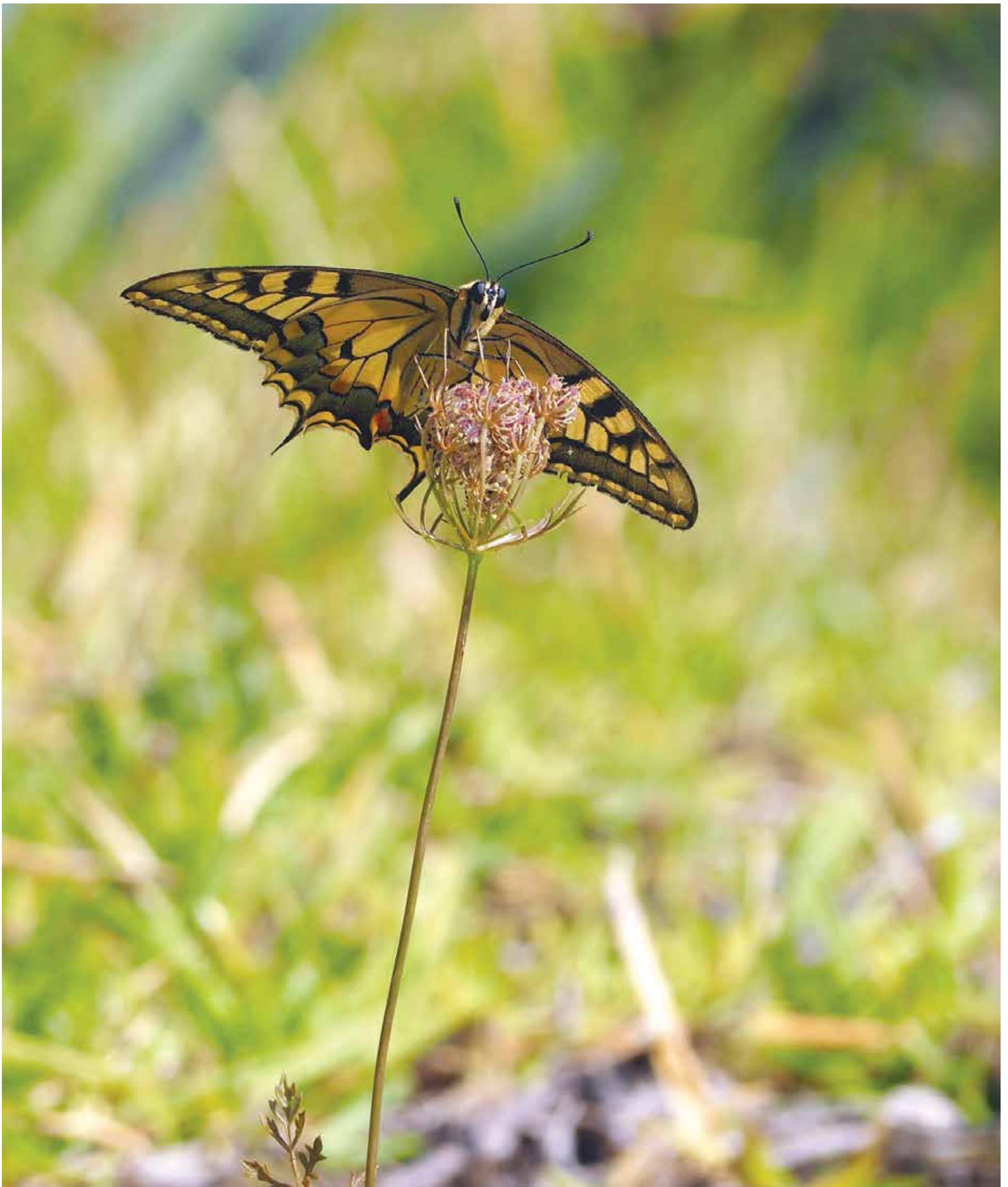


TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogenave.pt





FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

6,1 MILHÕES DE VISITAS

Solidariedade.pt cresce 40 por cento em 2018

O site do jornal Solidariedade, (www.solidariedade.pt), no ano de 2018, registou mais de 6,1 milhões de visitas, um crescimento de 40 por cento em relação ao número de vistas do ano anterior (4.371.594). Os primeiros meses do ano 2018 foram os de maior tráfego no site, dando sequência a uma tendência manifestada no ano anterior. Março foi o mês que atingiu o valor recorde com 645 895 visitas seguido do mês de abril com menos cerca de 50 mil acessos.

A tendência de subida do número de visitas revela uma consistência durante os últimos cinco anos. A estratégia de aposta no formato online teve início em Maio de 2014, por ocasião do décimo aniversário da segunda fase do projeto do órgão de comunicação social da CNIS. Em 2014 o site registou cerca de 1 milhão e 600 mil visitas; em 2015 subiu para 3, 4 milhões; em 2016 alcançou a marca de 3,7 milhões; em 2017 atingiu o recorde de 4,4 milhões de visitas; e em 2018 ultrapassou as 6,1 milhões de entradas no site.

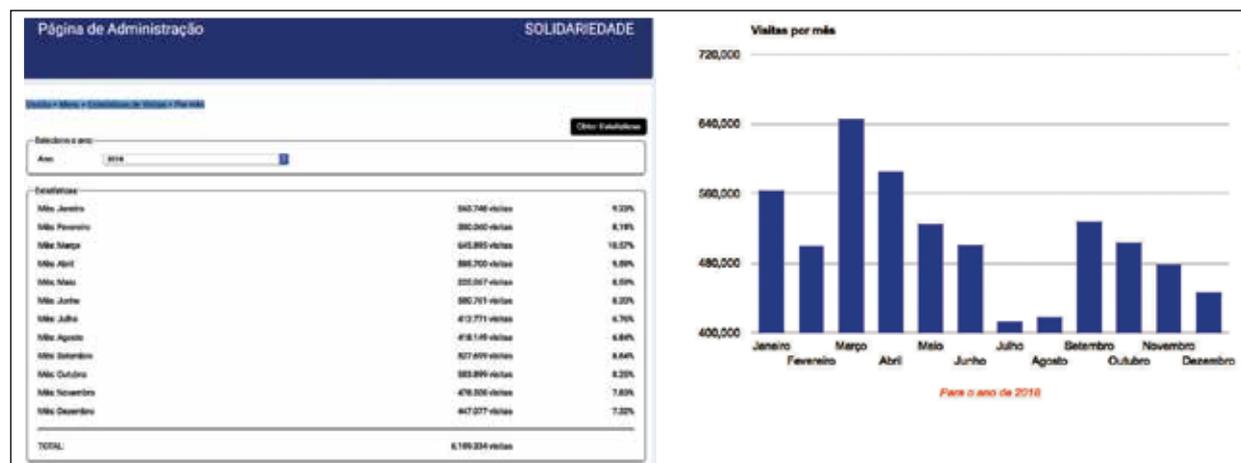
De uma média diária de 12 mil acessos as consultas a www.solidariedade.pt apresentam agora uma frequência média diária de quase 17 mil acessos.

Os dias de maior tráfego têm coincidido com as situações mediáticas de maior relevância para o universo social solidário. As matérias que dizem respeito diretamente à atividade, desempenho, notoriedade, futuro das IPSS têm uma maior procura. A prová-lo estão as 11 mil leituras do artigo

“CNIS RECOMENDA ÀS ASSOCIADAS: IPSS não devem aceitar revisões dos acordos de cooperação das creches”; seguido das 10 mil consultas à entrevista feita a “AMÉRICO MENDES, COORDENADOR DO ESTUDO «IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS»: Participação do Estado representa apenas 40% dos rendimentos das IPSS”, não esquecendo que houve mais de 30 mil entradas no menu “Linhas Amigas”.

Por isso, também em 2018 se confirma que o ranking das matérias informativas mais procuradas revela um interesse superior no que pode afetar o funcionamento das instituições e a situação de utentes e funcionários, o que nos permite pensar que muito do público-alvo do www.solidariedade.pt é constituído por pessoas relacionadas com o setor social solidário.

Este reforço da visibilidade das realidades do setor social solidário tem também que ver com a conjugação que tem sido feita nas redes sociais, designadamente no facebook, onde são replicadas as matérias do site. Outro dado a ter em consideração é o facto de continuar a haver um aumento daqueles que se registam no próprio site para receberem a newsletter do Solidariedade. São perto de 10 mil as pessoas que colocaram voluntariamente os dados pessoais no formulário de registo. Resta dizer que para além deste sinal de reconhecimento do trabalho que está a ser desenvolvido pela redação nos conteúdos da internet,



temos a noção de que o jornal no formato clássico, que chega a 5 mil pessoas e instituições de todo o país, continua a ser um veículo insubstituível na divulgação das boas práticas das IPSS, da dedicação dos dirigentes e funcionários, na

inovação e empreendedorismo social, na revelação das pessoas que fazem com que as políticas sociais sejam uma realidade dinâmica e eficientes para o quotidiano de muitos milhares de cidadãos que precisam de ajuda.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL